FERNANDO KULAITIS

ESPAÇO SOCIAL E AUTO-IMAGEM COMUNITÁRIA: ESTUDO CONFIGURACIONAL DA VILA MACEDO, PIRAQUARA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, Mestrado em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ana Luisa Fayet Sallas

CURITIBA

2004

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....vii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....ix
RESUMO.....x
1 INTRODUÇÃO.....1
2 COMUNIDADE E AUTO-IMAGEM.....7
2.1 QUESTÕES DE "COMUNIDADE".....7
2.2 A ESCOLA DE CHICAGO: A COMUNIDADE PROBLEMA.....13
2.3 NORBERT ELIAS E A COMUNIDADE.....19
2.4 IDENTIDADE SOCIAL E AUTO-IMAGEM COMUNITÁRIA.....23
2.4.1 Esquemas sociais de classificação: entre Elias e Bourdieu.....25
3 PROCESSOS URBANOS E A CONFIGURAÇÃO DA VILA MACEDO.....33
3.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO URBANA: PERIFERIZAÇÃO.....33
3.2 MIGRAÇÃO.....33
3.3 VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA: O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA E A VILA MACEDO.....37
3.3.1 A invasão.....44
3.4 ESTIGMA DE LUGAR.....48
4 CONFIGURAÇÃO COMUNITÁRIA E PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO.....52
5 A CASA COMO CAPITAL SIMBÓLICO NA CONFIGURAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA MACEDO.....74
5.1 A CASA E OS ATRIBUTOS SIMBÓLICOS DE DISTINÇÃO.....75
5.1.1 Perspectiva teórica da distinção: Elias e Bourdieu.....75
5.2 RETOMANDO A QUESTÃO.....79
REFERÊNCIAS.....96

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO.....100
ANEXO 1 - SETORES CENSITÁRIOS DO IBGE (IBGE, 2003) - VILA MACEDO – NÃO CONTEMPLADA A INVASÃO..... 101
ANEXO 2 - MAPA DE APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO "VILA VICENTE MACEDO" DE 1964 (COMEC)..... 102

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - POPULAÇÃO TOTAL POR MUNICÍPIO DA RMC - 1950-2000.....34

TABELA 2 - ORIGEM DOS MORADORES - CIDADE OU CAMPO - EM PORCENTAGEM COM RELAÇÃO AO LOCAL DE MORADIA NA VILA MACEDO – 2003.....36

TABELA 3 - TEMPO DE MORADIA DOS ENTREVISTADOS NA VILA MACEDO – 2003.....42

TABELA 4 - UNIDADES, POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO EM OCUPAÇÕES IRREGULARES NOS MUNICÍPIOS DE PINHAIS E PIRAQUARA - 1992-1997.....44

TABELA 5 - SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO DA INVASÃO E LOTEAMENTO – 2003.....46

TABELA 6 - FAIXAS DE RENDA DOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO DO LOTEAMENTO E DA INVASÃO, EM SALÁRIOS MÍNIMOS – 2003.....47

TABELA 7 - CURSO MAIS ELEVADO FREQUENTADO PELOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO DA INVASÃO E DO LOTEAMENTO – 2003.....47

TABELA 8 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DE MORADIA E A PRESENÇA DAS PRISÕES, SEGUNDO OS MORADORES ENTREVISTADOS DO LOTEAMENTO E DA INVASÃO – 2003.....54

TABELA 9 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DE MORADIA E A PRESENÇA DAS PRISÕES, SEGUNDO OS MORADORES ENTREVISTADOS DO LOTEAMENTO (OUTROS) - 2003 55

TABELA 10 - “O QUE MAIS DETESTA NA VILA MACEDO”, SEGUNDO OS MORADORES ENTREVISTADOS DO LOTEAMENTO E DA INVASÃO – 2003.....56

TABELA 11 - POSIÇÃO DOS MORADORES ENTREVISTADOS DO LOTEAMENTO EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA VILA MACEDO – 2003.....59

TABELA 12 - AVALIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, SEGUNDO OS MORADORES ENTREVISTADOS DO LOTEAMENTO - 2003.....62

TABELA 13 – NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DA POLÍCIA MILITAR, NOS

ÚLTIMOS DOIS ANOS, SEGUNDO OS MORADORES ENTREVISTADOS DO LOTEAMENTO – 2003 62

TABELA 14 - POSIÇÃO DOS MORADORES ENTREVISTADOS DA INVASÃO EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA VILA MACEDO - 2003.....67

TABELA 15 - TOMADAS DE POSIÇÃO DOS GRUPOS DE MORADORES DA VILA MACEDO EM RELAÇÃO AOS ITENS QUE CONSIDERAM MAIS IMPORTANTES EM SUAS VIDAS - 2003.....80

TABELA 16 - TOMADAS DE POSIÇÃO DOS GRUPOS DE MORADORES DA VILA MACEDO EM RELAÇÃO AO TEMA “HONESTIDADE” - 2003.....87

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - COMPOSIÇÃO DA RMC EM 1970 E 1992, EM DETALHE O DESMEMBRAMENTO DE PIRAQUARA.....38
FIGURA 2 - LOTEAMENTOS APROVADOS EM PIRAQUARA ENTRE 1940 E 1970....39
FOTOGRAFIA 1 – VISTA AÉREA DA VILA MACEDO, COM A MAIORIA DOS LOTES DESOCUPADOS E SEM A PRESENÇA DA INVASÃO – 1985.....41
FOTOGRAFIA 2 - ÁREA DA INVASÃO EM RUA LIMITE COM ESPAÇO DA COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA -2002 43
FOTOGRAFIA 3 - RUA BELO HORIZONTE (LOTEAMENTO), ÁREA PRÓXIMA À INVASÃO – 2002.....43
MAPA 1 – “CONFLITOS DE OCUPAÇÃO”.....45
FOTOGRAFIA 4 – RUA RECIFE, NO LOTEAMENTO – 2002.....45
FOTOGRAFIA 5 – CASAS DA INVASÃO MAIS PRÓXIMAS AO LOTEAMENTO – 2002.....46
FOTOGRAFIA 6 – VISTA AÉREA DO LOTEAMENTO, COM A MAIORIA DOS LOTES OCUPADOS E COM A PRESENÇA DA INVASÃO – 1998.....58
GRÁFICO 1 -COMPARAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DE MORADORES EM RELAÇÃO A PRESENÇA DAS PRISÕES E O LOCAL DE MORADIA.....66
MAPA 2 – “RESTRIÇÕES”.....67
GRÁFICO 2 - COMPARAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DE MORADORES EM RELAÇÃO A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS.....67
FIGURA 3 – MAPA SIMBÓLICO.....94

RESUMO

Análise da configuração comunitária da Vila Macedo, em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba (RMC), entre 2002 e 2003. Tem orientação teórica principal de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, contribuindo para discussão sobre o conceito de comunidade, analisado também em relação à construção de identidades sociais. Discorre sobre a formação da configuração comunitária inserida no processo de expansão urbana da RMC e os elementos interdependentes desse processo, como as instituições prisionais presentes no local, as situações cotidianas de violência, o processo de estigmatização de um grupo de moradores perante outro, bem como as relações de poder estabelecidas. Com o objetivo de analisar a relação entre a configuração comunitária e a formação da auto-imagem social, apresenta dados secundários coletados em diferentes organizações públicas, bem como dados primários obtidos através da aplicação de questionários e entrevistas com moradores da Vila Macedo. A interpretação dos dados sob a orientação teórica citada demonstra que a posse da casa é um elemento central na definição das identidades sociais, com particulares desdobramentos no espaço social analisado.

Palavras-chave: Comunidade; Identidade social; Aspectos simbólicos da habitação.

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado corresponde ao aprofundamento teórico e de análise empírica iniciada em monografia de bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, defendida em 2002[1]. O recorte empírico realizado naquela pesquisa e que tem continuidade nessa dissertação, corresponde à Vila Macedo e seu moradores, localizada em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, que é oficialmente um loteamento composto por 865 lotes, em área de fundo de vale, cuja aprovação junto à prefeitura de Piraquara data de 11/04/1964 (COMEC; DCOT, 2000).

A Vila Macedo é uma comunidade que apresenta um espaço relacional particular. Ali estão presentes a Colônia Penal Agrícola e o Educandário São Francisco, sendo também próxima à Penitenciária Central do Estado e à Prisão Feminina. Em relação à situação de moradia, a Vila Macedo constitui-se de dois grupos de moradores. O primeiro fica na parte legalmente loteada, cujos moradores são proprietários ou inquilinos. O segundo fica em uma parte mais recente, que surgiu por volta de 1995. É uma área de invasão cujos moradores, até hoje, não conseguiram legalizar sua situação de moradia.

Se anteriormente foi demonstrado que as prisões localizadas na Vila Macedo são importantes elementos interdependentes da comunidade, a monografia indicou também que a moradia é um elemento central para a construção da auto-imagem social, como elemento de identidade social, dos grupos de moradores. É também elemento fundamental para o entendimento do processo de estigmatização, expresso pelo grupo de moradores do loteamento em direção ao grupo de moradores da

---

[1] KULAITIS, Fernando. **Auto-imagem comunitária e processos de estigamatização**: a moradia e as prisões na Vila Macedo. Curitiba, 2002. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

“invasão”. Justamente esta relação, entre a moradia e os moradores, estabeleceu-se como ponto inicial para formatação deste trabalho.

Esta dissertação procura identificar como se constitui esse fenômeno e a sua relação com a construção das identidades sociais, consideradas como auto-imagem dos grupos, em uma configuração comunitária cujas especificidades envolvem a análise do espaço urbano periférico e do significado da moradia, que se desdobram em outros diferentes elementos de análise, como a violência, a criminalidade e as tomadas de posição dos grupos envolvidos sobre o espaço de moradia.

É possível explicitar a construção do objeto científico, expresso como problema de pesquisa, através do seguinte conjunto de questões: entre os moradores da Vila Macedo, de acordo com a configuração comunitária que formam, como se constróem e se exprimem as identidades sociais? E de que forma esses elementos interdependentes são constitutivos do processo de construção da imagem de um "nós" entre estes moradores? Ou seja, de que forma, entre os grupos de moradores da Vila Macedo, a configuração comunitária em que estão inseridos está vinculada à construção da sua auto-imagem?

Seguindo as perspectivas teóricas de Bourdieu e Elias, as hipóteses de análise se constituem da seguinte forma:

a) A construção e expressão das identidades sociais, para os moradores da Vila Macedo, está vinculada à configuração comunitária em que estão inseridos, em uma situação de interdependência entre alguns elementos que a compõe: a proximidade com a Colônia Penal Agrícola e outras instituições prisionais; a construção da imagem que fazem dessas instituições e dos seus internos; a criminalidade do local e a forma com que essa situação está vinculada a eles; e a situação de moradia e o que ela significa/simboliza.
b) O conjunto expressivo das identidades sociais, entre esses moradores, é

um elemento que faz parte do aparato social de estigmatização de um grupo perante o outro, ou de tentativa de desvinculação do estigma ao grupo relacionado.

c) Este aparato, por sua vez, faz parte da construção da auto-imagem de cada grupo, ou seja, do estabelecimento de fronteiras simbólicas entre o "nós" e os "outros", pois está relacionada com a configuração em que estão inseridos.

d) A moradia é a variável central para a construção da auto-imagem social, pois é o principal elemento de distinção entre os grupos de moradores.

Nesse sentido, o capítulo 2, dedicado à Revisão de Literatura, discute a categoria sociológica de "comunidade" com o objetivo de perceber os elementos e variáveis envolvidos na construção de diferentes conceitos que tratam do fenômeno comunitário, para tornar clara a diferença entre os usos dos conceitos de outros autores e o conceito de *configuração comunitária*, construído neste trabalho sob a perspectiva de Elias. Assim, são discutidas as concepções pioneiras de Tönnies e Durkheim, bem como pontos contemporâneos tratados por alguns autores da Escola de Chicago, como Park, Wirth e Burgees.

Procura-se então marcar a concepção de comunidade segundo Elias, em oposição às concepções anteriores. Para tanto, destacam-se as formulações relativas à sua "sociologia das configurações" especificamente aplicadas à análise de comunidades, dentre elas: o processo a longo prazo da formação da configuração comunitária, os vínculos de interdependência entre os moradores, o equilíbrio de poder e os esquemas de classificação envolvidos na construção da auto-imagem comunitária.

Com base nessa perspectiva, e seguindo as construções teóricas envolvidas no problema de pesquisa e respectivas hipóteses, as concepções de Bourdieu acerca dos esquemas classificadores são discutidas em convergência com Elias. Para tanto, são apresentados alguns pontos trazidos por Bourdieu: *habitus*, campo, capital e poder

simbólico são considerados os essenciais. Por certo, outros detalhamentos e argumentações teóricas são desenvolvidas e apresentadas na análise empírica ao longo dos outros capítulos.

Ao encontro às perspectivas acima, metodologicamente foram usados dados já identificados em pesquisa anterior, porém submetidos à crítica para seu enquadramento no atual trabalho: entrevistas baseadas em roteiro com os grupos de moradores; dados institucionais - como de população, região em que se encontra e sobre as instituições prisionais - obtidos através do IBGE, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Secretaria do Estado e Segurança Pública e Prefeitura Municipal de Piraquara.

Uma vez tratados os dados anteriormente colhidos que demonstraram ser passíveis de uso neste trabalho, foi construído um questionário que foi aplicado aos responsáveis pelo domicílio, tanto para os moradores da "invasão" quanto para os moradores do loteamento. O objetivo deste instrumento era, além de sistematizar um perfil sócio-demográfico[2], analisar e demonstrar as tomadas de posição dos moradores sobre diferentes elementos. Uma vez que o loteamento é constituído por 906 domicílios particulares permanentes (IBGE, 2002), e a invasão por cerca de 180, tornou-se impossível tecnicamente aplicar o questionário por amostragem estatística.

Porém, como o objetivo principal era perceber as tomadas de posição dos moradores, aplicou-se o questionário buscando a saturação dos dados, ou seja, até o ponto em que os dados demostravam características similares levando em consideração variáveis similares. Assim, foram aplicados 48 questionários no loteamento e 18 na "invasão", totalizando 66 questionários. Para complementar a análise, buscando dados de forma qualitativa, foram realizadas entrevistas em

[2] O "Agregado dos setores censitários" do IBGE, relativo ao Censo 2000, contempla apenas a área do loteamento, uma vez que a invasão não existe legalmente, não aparecendo nos três setores censitários que totalizam a área. Assim, os dados existentes não poderiam referir-se aos moradores da invasão, mas somente aos moradores do loteamento.

profundidade com 7 responsáveis pelo domicílio no loteamento, e 6 com os responsáveis pelo domicílio na "invasão". Agregado aos dados obtidos anteriormente, construiu-se um banco de entrevistas e relatos de 36 moradores[3]. Além disso, foram atualizados e adquiridos dados institucionais junto à COMEC, ao IBGE e à Prefeitura Municipal de Piraquara, como documentos de análise da região, mapas e fotos aéreas.

Consequentemente, buscando a convergência teórica em relação à formação da configuração comunitária da Vila Macedo, o Capítulo 3 trata do processo de ocupação da Vila Macedo, inserido no contexto de periferização urbana de Curitiba e sua Região Metropolitana, junto a variáveis de migração, da discussão sobre valorização imobiliária e dos processos de estigmatização do lugar - de acordo com a presença de diversas instituições hospitalares e prisionais na região – que são elementos interdependentes na configuração comunitária.

Já o Capítulo 4 enfoca alguns elementos da configuração comunitária formada pelos moradores da Vila Macedo: as prisões, a violência, a criminalidade e a polícia, sempre relativas às tomadas de posição dos grupos de moradores. Justamente estes elementos entram em destaque pois fazem parte da análise do processo de estigmatização dos moradores do loteamento contra os moradores da "invasão", bem como das tentativas pelos moradores da "invasão", de desvinculação do estigma relacionado ao local de moradia. Ou seja, trata da relação entre o processo de estigmatização e a configuração comunitária, o que remete à compreensão inicial da construção da auto-imagem comunitária para os grupos de moradores.

O capítulo 5 complementa a orientação teórica do trabalho e apresenta a análise dos processos anteriores pela sua (re)inserção nos processos de distinção relacionados à moradia. Além disso, mostra as fronteiras simbólicas do espaço social (nós X outros) e a sua expressão no espaço geográfico através das moradias.

[3] Os dados adquiridos na referida pesquisa monográfica são constituídos por 23 entrevistas.

Finalmente, apresenta as ligações de interdependência que relacionam os processos de distinção, tendo na moradia um elemento central, relacionada à auto-imagem comunitária, ou seja, inserida na configuração comunitária da Vila Macedo.

Nas “Considerações Finais”, capítulo 6, os resultados da pesquisa são retomados de forma sintética, buscando também problematizar os elementos envolvidos na pesquisa e apontar caminhos para futuras análises sobre o assunto.

2 COMUNIDADE E AUTO-IMAGEM

2.1 QUESTÕES DE “COMUNIDADE”

“Comunidade” é um termo que assumiu diversos usos, não apenas na academia mas também em outras instituições, bem como na língua comum. Freqüentemente é utilizada para designar cooperação, integração e associação em torno “daquilo que é bom”, tornando-a vaga e contaminando a sua noção sociológica. Além disso, existe a confusão “que surge da combinação de comunidade como unidade ou coletividade social (clube, aldeia, subúrbio, município) com comunidade como um tipo de relacionamento social (baseado em laços de sentimento ou econômicos).” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 116).

É preciso remeter-se às primeiras discussões sobre o tema. Publicada pela primeira vez em 1887, a principal obra de Ferdinand Tönnies, *Gemeinschaft und Gesellschaft,* foi uma das primeiras obras de caráter sociológico que procurou a especificidade da questão comunitária.[4] Escrita em alemão, a tradução da obra de Tönnies marcou diretamente a denotação da categoria comunidade, e consequentemente de sociedade.[5] Em língua inglesa *Gemeinschaft* foi traduzido como *community* e *Gesellschaft* como *society*, *association* ou ainda *large society* (COHEN, 1992, p. 207). A partir daí, torna-se mais claro o uso do termo em língua portuguesa, cujas raras traduções de trechos da obra de Tönnies tem como linha base as traduções

[4] Mesmo que sua obra tenha sido reconhecida tardiamente no meio acadêmico - somente em 1912, quando da segunda edição, adentrou no debate científico alemão, cujo auge aconteceu a partir de 1920.

[5] É interessante perceber como em uma obra dedicada a Ferdinand Tönnies, organizada por MIRANDA (1992b), todos os comentadores preferem utilizar em suas análises os termos *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* para designar respectivamente comunidade e sociedade, embora alternem entre essas formas denotativas, a original em alemão e a traduzida, sem finalidade ou discussão explícita de conteúdo.

em língua inglesa[6].

De acordo com TÖNNIES (1992a, p. 231-232) a comunidade (*Gemeinschaft*) é uma estrutura orgânica, quase como um organismo vivo, caracterizada por relações partilhadas em conjunto pelos indivíduos, de forma íntima desde o nascimento, enquanto a sociedade (*Gesellschaft*) é uma estrutura mecânica e artificial, caracterizada pela vida pública contratual.

O conceito de comunidade para Tönnies está estritamente ligado à idéia de comunhão, com ênfase nos valores e sentimentos de ligação comunitária; considerando também a comunhão de bens materiais. A comunidade tem seu germe na família, que engloba as formas de parentesco.

A comunhão, como analisa COHEN (1992, p. 207), traz como conteúdo ao conceito de *Gemeinschaft* as ligações de proximidade, que caracteriza uma visão de mundo e consequentemente uma forma de um grupo se relacionar com ele.

Seguindo as formulações de Tönnies, além do parentesco como um gênero de comunidade, há ainda as formas apresentadas como vizinhança e amizade. A correlação entre essas formas de comunidade é a seguinte: "a comunidade de sangue [parentesco] como unidade de ser ou existência tende a se desenvolver como uma comunidade de lugar [vizinhança], que, por sua vez, desdobra-se na comunidade de espírito pela atividade e condução comuns em uma mesma direção ou sentido [amizade]." (TÖNNIES, 1992a, p. 239). Destas, a amizade aparece quase como sinônimo de espírito e solidariedade. Assume caráter moral devido à semelhança das atividades que produzem uma vida em comum, revelando também um caráter identitário. A amizade seria, de acordo com a lógica de Tönnies, a própria comunidade

---

[6] Além da coletânea organizada por MIRANDA (1992b) em que apresenta textos escolhidos de *Comunidade e Sociedade* de Tönnies, tendo como base não só a tradução em língua inglesa, mas também a tradução em francês, em que já se utiliza *Communauté et Societé*, para só então confrontar com o original em alemão, há ainda um trecho da obra de Tönnies na coletânea organizada por FERNANDES (1973), traduzida para o português a partir de uma tradução em língua inglesa.

de pensamento ou comunidade de espírito.

Além disso, Tönnies destacava que a casa, como habitação humana, é um elemento significativo da comunidade pois caracteriza a vida comunal de família, e assim decorre que a "vizinhança é o caráter geral da vida comum, na aldeia ou entre habitações próximas". (TÖNNIES, 1992a, p. 239). Daqui, duas observações são significativas: primeiro, Tönnies já trabalhava com uma noção de território - ou mesmo territorialidade - como variável necessária para compreensão da comunidade, elemento retomado mais tarde por diversos autores. Segundo, já apontava a importância que as relações de proximidade física entre indivíduos e famílias oferecem ao estudo sociológico, que para ele, neste caso, significa perceber a criação de um hábito de vida em comum.

Para trabalhar com essas relações, Tönnies utiliza-se de uma noção que considera um elemento de coesão social tipicamente comunitário, cujo conteúdo são os sentimentos de reciprocidade e de associação, denominado "consenso" (TÖNNIES, 1992a, p. 243). Sua base é o conhecimento profundo - de intimidade.

A aldeia, a cidade e a nação, desenvolveram-se não apenas pela expansão dos seus limites territoriais, mas também porque a expansão foi assegurada por consenso, cujo principal instrumento é a linguagem, ou seja, que mantém a expansão com coesão. É importante notar, para não gerar confusão, que ao escrever sobre a cidade e nação como comunidade, Tönnies utiliza estes termos tendo como referência a sociedade antiga e medieval da Europa (SCHMITZ, 1992, p. 177), e não os grandes centros urbanos, o estado-nação ou mesmo a sociedade industrial moderna, esta que estaria para a sociedade e não para comunidade.

Já a *Gesellschaft*, ou sociedade, possui para Tönnies um caráter mecânico que se expressa nas relações baseadas em contrato, estando o indivíduo isolado e sempre tendendo a defender sua esfera privada. Ao invés do consenso, é o "contrato", o regulador geral das trocas sociais.

Na comparação feita por SCHMITZ (1992, p. 178), enquanto na comunidade prevalece a tradição e a afetividade pessoal, na sociedade são o contrato formal - trocas comerciais, burocracia, etc. - e informal - etiqueta, polidez, etc. - e as relações impessoais e funcionais com finalidades declaradas ou implícitas, que marcam as relações e associações entre os indivíduos.

Ao ler *Comunidade e Sociedade* de Tönnies, é possível identificar formulações ou pontos convergentes entre ele e Durkheim na obra *Da divisão do trabalho social*. A visão dual da vida social e o uso dos termos mecânico e orgânico, embora estes tenham uma posição praticamente invertida em Durkheim quando comparado ao uso que Tönnies faz deles, são alguns destes pontos.[7]

Antes de iniciar a discussão entre Tönnies e Durkheim, é preciso considerar que Durkheim não faz sua análise por uma dicotomia entre comunidade e sociedade, mas sim pela relação entre as formas de solidariedade social que caracterizam diferentes tipos de coesão social. Não demostra considerar importante se uma forma de solidariedade está mais para a comunidade e outra mais para a sociedade. No extremo, pode-se mesmo considerar solidariedade, para Durkheim, como sinônimo de sociedade; sendo que trata de diferentes tipos de sociedade pela forma como os indivíduos estão vinculados, ou são solidários, a elas.

Em 1889, dois anos depois da publicação de *Comunidade e Sociedade*, Durkheim escreve uma resenha desta obra na *Revue Philosophique*, em que aponta as contribuições e diferenças entre o seu pensamento e o de Tönnies. A interpretação que Durkheim faz da *Gemeinschaft* como comunidade, é a de que

---

[7] Alguns autores, como MIRANDA (1992a) e COENEN-HUTHER (1992), chegam a afirmar que Durkheim inspirou-se na obra de Tönnies, publicada em 1887, para escrever *Da divisão do Trabalho Social*, publicada em 1893. RODRIGUES (1995, p. 12) afirma que Durkheim teve conhecimento da obra de Tönnies já quando da sua viagem a Alemanha entre 1885-1886. Na resenha de 1889, quando realiza críticas à concepção mecânica da *Gesellschaft* e propõe em poucas linhas suas diferenças, escreve: “Para provar isso, é necessário um livro.” (DURKHEIM, 1992, p. 118).

> ela constitui uma unidade absoluta que é incompatível com a distinção em partes. Para merecer o nome de comunidade, mesmo se estiver organizado, um grupo não é uma coleção de indivíduos que diferem uns dos outros, é uma massa indiferenciada e compacta, que só é capaz de se mover em conjunto, e é direcionada pela própria massa, ou por uma das suas partes incumbida da direção. É um agregado de mentes tão fortemente coeso que ninguém é capaz de se mover independentemente dos outros. (DURKHEIM, 1992, p. 113).

Se para Tönnies esta forma de sociabilidade é a que primeiro se desenvolve e caracteriza-se por um tipo orgânico, para Durkheim a vida social que é primeiramente organizada é de tipo mecânico. Em princípio, esta inversão explica-se pois Durkheim, apesar de conceber que o tipo de solidariedade mecânica ou por similitude só pode se desenvolver quando "as idéias e tendências comuns a todos os membros da sociedade superem em número e intensidade as que pertencem pessoalmente a cada um deles" (DURKHEIM, 1999, p. 106) - concepção esta que converge com a formulação de comunidade de espírito e vida em comum de Tönnies - justifica a terminologia "mecânica" para este tipo de solidariedade pois concebe que o vínculo entre indivíduo e sociedade é direto, sem intermediários, sendo a forma do movimento do indivíduo na sociedade determinado, e só possível, quando do movimento do ser coletivo. A consciência individual segue a consciência coletiva. Em suas palavras: "Só a denominamos assim por analogia com a coesão que une entre si os elementos dos corpos brutos, em oposição à que faz a unidade dos corpos vivos." (DURKHEIM, 1999, p. 107).

Como já citado, Tönnies concebe a comunidade como um organismo vivo, entendendo por orgânica "toda parte do real, concebida como associada e dependente de uma totalidade que lhe determina a natureza e os movimentos." (TÖNNIES, 1992a, p. 233), concepção que converge com o conceito de "mecânica" de Durkheim. Nota-se que, em princípio, uma vez tendo conhecido a obra de Tönnies, não haveria motivos de conteúdo aparente para Durkheim inverter as terminologias que designam as formas de solidariedade. É possível esclarecer esse embate seguindo a análise da discussão.

É possível notar que ambos, Tönnies e Durkheim, buscavam explicar o

mesmo fenômeno, porém analisando-o sobre pontos diferentes. Na resenha realizada por Durkheim, demonstra compartilhar da concepção de Tönnies nos seguintes pontos: das duas formas de unidades sociais, que a segunda deriva da primeira e, principalmente da linha explicativa da *Gemeinschaft*. Porém, discorda da concepção de *Gesellschaft*, principalmente porque Tönnies a concebe como mecânica e artificial. Eis o ponto principal que leva Durkheim a inverter os termos, pois acredita que seus significados são outros.

Durkheim acredita que

> toda vida de grandes aglomerações sociais é tão natural quanto a de pequenas agregações. Ela não é nem menos orgânica nem menos internamente ativada. **Para além das ações puramente individuais** [sem grifo no original], há, em nossas sociedades contemporâneas, um tipo de atividade coletiva que é tão natural quanto a das sociedades menos extensas dos dias do passado. Ela constitui um tipo diferente, mas entre as duas espécies da mesma gênese, tão diversas quanto possam parecer, não há uma diferença em sua natureza básica. (DURKHEIM, 1992, p. 118)

Assim, ao designar como orgânica a forma de solidariedade devida à divisão do trabalho social, Durkheim procura também demonstrar a sua natureza social, ou seja, a dependência do indivíduo em relação a sociedade pela sua dependência das partes que a compõem (DURKHEIM, 1999, p. 106). Em sua concepção, na *Gesellschaft* de Tönnies, o indivíduo é de tal forma atomizado que sua dependência da sociedade seria diminuta ou inexistente, uma vez que seriam os interesses individuais o modo prevalecente de relação entre os indivíduos. A sociedade, como o próprio Tönnies enfatiza na resenha que faz da obra *Da divisão do trabalho social* de Durkheim publicada em 1896, é "percebida e considerada como um meio para as metas individuais e consequentemente como ferramenta desenhada intencionalmente." (TÖNNIES, 1992b, p. 119).

Para Durkheim, o principal erro de Tönnies foi não enxergar a estrutura social da *Gesellschaft*, já que "ele procede dialeticamente , fazendo estas distinções e classificações simétricas tão caras aos lógicos alemães" (DURKHEIM, 1992, p. 118),

ao invés de proceder indutivamente - e é justamente nesse sentido que as formas de direito e costumes são, para Durkheim, objetos sensíveis e reveladores das estruturas sociais a que correspondem formas de solidariedade social.

2.2 A ESCOLA DE CHICAGO: A COMUNIDADE PROBLEMA

A obra de Tönnies teve forte influência na sociologia norte americana, essencialmente na linha dos pesquisadores da Escola de Chicago. Através destes pesquisadores surge a concepção da cidade como variável sociológica que, portanto, demarcava um novo foco de investigação dos agrupamentos urbanos. De forma geral, o contexto urbano como um todo era tido como problema de investigação sociológica. Entretanto, destacam-se temas de estudo particulares como o desarranjo social, a falta de adaptação dos indivíduos e a permanência de culturas particulares no contexto urbano.

Alguns de seus representantes utilizaram-se de pares conceituais como instrumentos de análise, como por exemplo para Cooley, grupos primários e secundários; para Park e Burgess a família e o mercado e para Robert Redfield as comunidades *folk* e as sociedades urbanas (MIRANDA, 1992a, p. 54). Estes pares podem ser vistos como descendentes das primeiras formulações de Tönnies, mas passam essencialmente por Durkheim e Weber[8], seguindo os princípios do *continuum* entre pólos, como tradição-modernidade e rural-urbano (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 115).

---

8 Weber trabalha com o conceito de comunidade em oposição ao de sociedade, aplicando os tipos de ação social para caracterizá-las, sempre seguindo a construção de tipos-ideais. Assim, Weber caracteriza a comunidade tendo por base as ações de tipo afetivas ou tradicionais, enquanto a sociedade é caracterizada por ações de tipo racional, seja com relação a fins ou valores. Esta discussão está presente em WEBER, Max. Conceptos sociológicos fundamentales. In: _____. **Economia y sociedad**: esbozo de sociología comprensiva. Vol. I. Mexico, Bogota: Fondo de Cultura Económica, 1977.

Dentro deste contexto urbano, representantes da Escola de Chicago analisam as formações comunitárias nele inseridas. Percebe-se que a concepção é a de opor ou distinguir laços comunitários considerados de maior coesão a laços societários considerados de menor coesão.

É sob a perspectiva de uma sociologia aplicada, de caráter intervencionista de acordo com o processo de inchamento da cidade de Chicago devido às imigrações, que podemos entender os fatos que levaram estes pesquisadores a criar e rever as aplicações sobre o estudo do urbano, bem como as relações comunitárias nele existentes como parte da interação social e o meio. Assim, surgem como temas relevantes a delinqüência, a criminalidade, o desregramento, a segregação e a formação de guetos. Uma das questões que perfilam os estudos da Escola de Chicago é a seguinte: como convivem, na cidade, indivíduos de diferentes origens - sejam elas étnicas, econômicas, ou sócio-econômicas?

Note-se a relevância dada ao estudo deste contexto, defendida por PARK (1967, p. 31):

> Mas o homem civilizado é um objeto de investigação igualmente interessante [quando comparado ao estudo dos povos primitivos], e ao mesmo tempo sua vida é mais aberta à observação e ao estudo. A vida e a cultura urbanas são mais variadas, sutis e complicadas, mas os motivos fundamentais são os mesmos nos dois casos. Os mesmos pacientes métodos de observação despendidos por antropólogos [...] deveriam ser empregados ainda com maior sucesso na investigação dos costumes, crenças, práticas sociais e concepções gerais da vida que prevalecem em Little Italy, ou no baixo North Side de Chicago, ou no registro dos folkways mais sofisticados dos habitantes de Greenwich Village e da vizinhança de Washington Square em New York.

Estas “comunidades” dentro da “sociedade” ainda eram identificadas pela sua formação étnica, o que já havia sido delineando, de certa forma, por Tönnies quando da questão da linguagem e consenso. Entretanto, o caráter distintivo da forma como as relações étnicas são tratadas é a questão da integração dos imigrantes à sociedade norte-americana. A formação de comunidades étnicas era analisada como forma de defesa e adaptação dos imigrantes, buscando enfatizar as formas de

comportamento e adaptação destes em meio a um novo contexto econômico (BURGESS[9], citado por COULON, 1995, p. 42).

É em Park que a questão da assimilação é enfatizada, rejeitando a idéia da equivalência entre uma identidade nacional e uma composição étnica homogênea; ao contrário, considera os grupos formados por diferentes indivíduos participando do funcionamento da sociedade sem perder suas particularidades, ao mesmo tempo em que concebe a origem dos preconceitos raciais nas desigualdades econômicas (COULON, 1995, p. 45-46). Por vezes, já se apontava que a situação econômica aparece como uma variável mais relevante que a étnica para compreensão da formação de áreas segregadas, em que visualiza-se uma situação de vida em comum, como na descrição feita por PARK (1967, p. 38).

O conceito de comunidade aparece levando em consideração os fenômenos acima descritos. De acordo com PARK e BURGESS (1973, p. 148-149, 152) comunidade refere-se a grupos sociais considerados do ponto de vista da distribuição geográfica, não só dos indivíduos mas das instituições que a compõem, enfatizando o caráter de vida comum da comunidade e não apenas a de coexistência física, cujo comportamento é baseado no consenso - e cujo conteúdo são hábitos organizados, sentimentos e atitudes sociais com objetivo comum, fornecendo a idéia de comportamento unificado - que pode ser caracterizado por três aspectos principais: 1) o sentimento de condição grupal, ou espírito grupal; 2) a moral, que subordina o comportamento do indivíduo ao do grupo; 3) as representações coletivas, termo que provém de Durkheim e aqui designa conceitos, símbolos e linguagem própria que personificam a existência coletiva.

Intrinsecamente ligado à essa concepção, está o conceito de vizinhança, quando analisado como componente das grandes cidades. Mais uma vez, a

---

[9] BURGESS, E. W.. **Contributions to urban sociology**. Chicago, University of Chicago Press, 1964.

territorialidade e aproximação física são suas variáveis determinantes como unidade social, que por sua vez determinam um consenso local. A principal idéia é a de que “interesses e associações locais desenvolvem sentimento local” (PARK, 1967, p. 36). O gueto, nesta perspectiva, seria uma vizinhança acrescida do fator de isolamento, cujo caráter é de segregação populacional. Nestas unidades sociais é analisada a preservação e a intensificação da solidariedade dos grupos locais e de vizinhança, principalmente como fator de proteção ao preconceito racial (PARK, 1967, p. 37). Ainda que a concepção de gueto esteja fortemente ligada a relações raciais, é possível encontrar em Park a segregação sócio-econômica, como conseqüência da segregação racial, como importante fator de formação dessas vizinhanças isoladas.

A relação entre comunidade na sociedade torna-se complexa quando do entendimento das transformações entre as formas de coesão que seriam típicas de cada uma. Isso aparece em Park na diferenciação entre relações primárias e relações secundárias. A primeira forma é considerada como relações diretas, de contato face a face, ao modo de Tönnies e Durkheim; a segunda é considerada como relações indiretas e contatos mediados. A idéia principal é que os laços sociais em meio urbano são menos íntimos e menos coesos que os laços de relações primárias, uma vez que a ordem moral se dissolve.

Park escreve que

> a maioria de nossas instituições tradicionais, a igreja, a escola e a família, tem sido, sob as influências desintegrantes da vida citadina, grandemente modificada. A escola, por exemplo, tem assumido algumas das funções da família. Algo como um novo espírito de vizinhança e comunidade tende a se organizar em volta da escola e de sua solicitude pelo bem-estar físico e moral de nossas crianças. (PARK, 1967, p. 54)

Assim, ao mesmo tempo em que enxerga uma nova forma de comunidade, não mais baseada em relações primárias e sim através de organizações, ou ainda determinada por uma situação sócio-econômica comum, Park não deixa atribuir à quebra das relações primárias - e assim da maior coesão e ordem social - o

crescimento dos crimes, do vício, dos divórcios, da vadiagem[10] (PARK, 1967, p. 52-53), enfim, formas desregradas de vida em contraposição romantizada da vida comunitária primeva. Nesta perspectiva, defendem a intervenção da escola como uma função integrativa, profetizando que, tendo os imigrantes apreendido o modo de vida norte-americano pela inculcação da língua, dos costumes e da ideologia democrática (COULON, 1995, p. 46), haveria maior coesão social.

Assim como Park e Burgess, Wirth também contribui para a o delineamento da concepção de comunidade na linhagem da Escola de Chicago, além de ter sido um dos principais estudiosos dos guetos, assim como também encontramos nos seus trabalhos uma preocupação que volta-se para a relação entre comunidade na sociedade.

Para Wirth, um dos principais problemas do estudo da comunidade moderna residiria justamente na expansão territorial, já que uma característica determinante de toda comunidade seria sua territorialidade. A base territorial se expandiu na medida em que agrupamentos por parentesco e formas de status modificaram-se e deram lugar ao contrato, a família ao Estado como base de organização social, a auto-suficiência local à interdependência internacional (WIRTH, 1973, p. 87).

Esses fatores não deixariam de caracterizar a comunidade como um mecanismo físico, em que uma área transforma-se em *habitat* humano, mas em que é preciso levar em conta fatores como os valores econômicos da terra, a acessibilidade e os equipamentos técnicos que possibilitam a vida em comunidade (WIRTH, 1973, p. 91).

Seguindo esta perspectiva, a comunidade também pode ser vista como um complexo organizacional, em que se encontram presentes igrejas, escolas, bancos, famílias, vizinhanças, clubes, áreas de lazer, etc. Além disso, haveria ainda que

---

[10] Nesta perspectiva, seria justamente pelo processo em que as comunidades étnicas tornam-se cada vez menos homogêneas, de acordo com a sucessão de gerações, que a violência eclode pela formação de gangues pelos jovens dos guetos.

conceber uma abordagem cultural sobre a personalidade dos membros destas comunidades (WIRTH, 1973, p. 91-92).

Entretanto, é de destaque a sua posição quanto ao surgimento das cidades e sua influência na vida social, que implicariam em um novo modo de vida caracterizado por papéis fragmentados, contatos secundários em lugar dos primários, anonimato, isolamento, relações transitórias e com fins instrumentais e escassez de controle social (WIRTH, 1967, p. 106-110).

Mais uma vez, é em relação a uma imaginada comunidade bem integrada - aqui no *continuum* rural-urbano - que a cidade do modo de vida urbano se conforma; e se é possível enxergar a comunidade na sociedade complexa, através das inter-relações locais, regionais e nacionais (WIRTH, 1973, p. 94), a impressão que essa concepção nos deixa é de que, num tom romântico, a comunidade nunca mais será a mesma.[11]

2.3 NORBERT ELIAS E A COMUNIDADE

Norbert Elias trabalha com o conceito sociológico de comunidade essencialmente na obra *Os estabelecidos e os outsiders*, fruto de uma pesquisa realizada com auxílio de J. L. Scotson, entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, em um conjunto de três áreas residenciais operárias - que formavam uma única localidade que foi denominada Winston Parva - na Inglaterra, sendo publicado no mesmo país em 1965.

Nas conclusões deste estudo, Elias se questiona sobre o reconhecimento sociológico do caráter de uma comunidade e trabalha sua definição:

> Quais são, em outras palavras, os aspectos comunitários específicos de uma comunidade? [.] É evidente que se está fazendo referência à rede de relações entre pessoas que se

[11] Conotações emotivas como as encontradas em Park e Wirth são, juntamente com os diversos de sentidos da palavra comunidade, segundo OUTHWAITE e BOTTOMORE (1996, p. 115), os principais problemas da definição de comunidade nas Ciências Sociais.

> organizam como uma unidade residencial - de acordo com o lugar em que normalmente vivem. [...] Mas elas também estabelecem relações quando 'moram juntas num mesmo lugar', quando constróem seus lares no mesmo lugar. As interdependências que se estabelecem entre elas como criadoras de lares, nos quais dormem, comem e criam suas famílias, são especificamente comunitárias. Em essência, as comunidades são organizações de criadores de lares, são unidades residenciais como os bairros urbanos, os vilarejos, as aldeias, os conjuntos habitacionais [...]. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 165).

Em princípio, sua definição parece simplista. Porém, só se pode compreendê-la quando relacionada à sua teoria mais abrangente, ou seja, o que convencionou-se chamar de sociologia configuracional, ou sociologia das configurações. Ele próprio expressa que a palavra comunidade, tomada por si mesma, não tem tanta importância. Porém, como conceito sociológico submetido à crítica, não tomado como conceito reificado ou heterônomo,

> o que importa é reconhecer que os tipos de interdependências, estruturas e funções encontrados nos grupos residenciais de famílias que constróem lares com um certo grau de permanência suscitam problemas próprios, e que o esclarecimento desses problemas é central para a compreensão do caráter específico da *comunidade como comunidade* [grifo do autor]- se é que podemos continuar a usar esse termo num sentido especializado. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 166,).

É relevante para Elias compreender os vínculos de interdependência em que as pessoas se inserem ao morarem juntas num mesmo local, formando uma configuração particular. E embora ele não construa outro termo especializado, o termo *configuração comunitária* pode caracterizar a "comunidade" definida por Elias.

Seguindo esta linha, a própria relação entre comunidade e sociedade, ou de um *continnum* entre pólos de associação entre indivíduos, como visto nos autores até aqui, assume outra relação. Para Elias, são as formas de interdependência que se transformam de modo processual, e ao longo de muito tempo. Se as configurações assumem características diferentes, é pelo desenvolvimento das relações que se pode verificar, por exemplo, as formas de coesão comunitárias; e isso indica também que é relevante demonstrar as estruturas de coesão e não se uma forma é mais coesa e outra menos coesa: mesmo formas de ligação entre os indivíduos que aparentemente são disfuncionais ou com falta de coesão, possuem estrutura específica e podem assumir

caráter comunitário.

Particularmente importante para o estudo de comunidade em sociedades urbano-industriais é o conceito apresentado por Elias que, ao mesmo tempo que é de mesmo conteúdo do anterior, explicita o que foi exposto até este momento: “a group of households situated in the same locality and linked to each other by functional interdependencies which are closer than interdependencies of the same kind with other groups of people within the wider social field to which a community belongs”. (ELIAS[12], citado por KRIEKEN**,** 1998, p. 4).

O que o conceito acima explicita é que a comunidade não pode ser analisada em sua existência própria, mas sim vinculada ao campo social mais amplo em que a comunidade está inserida. A questão fundamental é que cadeias de interdependência mais amplas assumem caráter específico na comunidade, ou seja, assumem o caráter de uma configuração comunitária. É a forma que Elias apresenta o que convencionou-se chamar de relação entre aspectos microsociológicos e macrosociológicos. “Não faz muito sentido estudar fenômenos comunitários como se eles ocorressem num vazio sociológico.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 16). Concepção esta que contribui para explicitar a comunidade inserida em inter-relação com campos sociais amplos.

Em perspectiva com os clássicos, a comunidade que concebem dificilmente seria possível de ser encontrada na sociedade contemporânea. Tönnies remete-se às sociedades ditas primitivas e à sociedade medieval para falar de comunidade; Durkheim também remete-se às sociedades primitivas e concebe a religião como principal elemento de coesão dos membros dessas sociedades mecânicas.

Porém, uma variável comum à concepção de comunidade apresentada por estes autores é a de território, ligado a aspectos de localização física, relativa à distribuição geográfica dos indivíduos. Implica também em dimensão, já que seria a

---

[12] ELIAS, Norbert. Towards a theory of communities. In: BELL, C.; NEWBY, H. (eds.). **The Sociology of Community**. London: Frank Cass, 1974.

comunidade, historicamente, um agrupamento humano reduzido tanto espacialmente como numericamente - como em Tönnies e Durkheim - ou na forma contemporânea localizadas em áreas restritas e mais ou menos isoladas - como em Park, Burgess e Wirth. Estas seriam justamente características de entrave ao reconhecimento da comunidade na sociedade urbano-industrial, já que as análises de aspectos culturais, por exemplo, dependeriam dessas características.

Entretanto, Elias mostra que, embora a distribuição geográfica de um agrupamento de seres humanos seja importante para caracterizar uma comunidade, são os vínculos de interdependência estabelecidos entre os moradores geograficamente unidos em um espaço físico, o aspecto decisivo para compreensão da comunidade como comunidade. Esses vínculos são particulares em cada configuração, ou seja, não se pode definir quais os aspectos comunitários de um grupo de moradores *a priori*, é preciso uma verificação empírica das relações de interdependência.

A concepção de Elias também difere da perspectiva dos autores da Escola de Chicago, apresentados nesta discussão, quanto ao caráter associativo de vizinhança como elemento da comunidade. A concepção de Park, por exemplo, sugere que há intencionalidade dos indivíduos em associar-se em vizinhanças, como no caso dos guetos, a intenção seria a proteção contra o preconceito racial; embora aponte para situação sócio-econômica como fator de segregação que não depende exclusivamente de intenção.

Já Wirth, quando descreve os problemas da heterogeneidade da cidade, escreve que “o trabalho de manter juntas as organizações e de promover relações de amizade íntimas e duradouras entre os membros [da cidade] é difícil. Isso se aplica notavelmente às áreas situadas dentro da cidade, nas quais as pessoas se segregam mais em virtude de diferenças de raça, língua, renda e status social do que através de escolha ou atração positiva a pessoas como elas mesmas [!].” (WIRTH, 1967, p. 113).

Elias inverte a questão de como, na cidade, convivem indivíduos diferentes -

típica da Escola de Chicago - e indaga “o que vincula os dados econômicos, históricos, políticos, religiosos, administrativos e de outra natureza como aspectos de uma comunidade.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 165). A ênfase colocada por Elias é da inter-relação entre o *wide social field* e a comunidade, sendo as relações de vizinhança compreendidas por estas teias de interdependência: nesta perspectiva não é a intencionalidade do indivíduo, considerado isoladamente ou em grupo, ou ainda a associação por atração intencional, que caracterizariam formações de vizinhança, mas sim o indivíduo inserido em relações de interdependência que o vinculam como membro de uma comunidade, seja pela situação sócio-econômica, pela origem étnica, religiosa ou outra forma de vínculo.

É nesse sentido que o uso do termo *configuração comunitária*, possibilita a não confusão com conceito de comunidade em outros usos, assumindo o conteúdo da definição de comunidade de Elias: o de ser uma situação concreta e particular de interdependência, possibilitando a compreensão da comunidade como unidade social e como um tipo de relacionamento social, que nos remete a trabalhar necessariamente com os aspectos simbólicos das interdependências entre grupos, principalmente relacionados à construção das identidades sociais, vinculada à formação da auto-imagem dos grupos sociais.

2.4 IDENTIDADE SOCIAL E AUTO-IMAGEM COMUNITÁRIA

Tratar da comunidade, ou ainda, de uma configuração comunitária, antes de tratar do problema da construção das identidades sociais pode parecer um caminho tortuoso, em vez de dedutivo e linear. Porém, a questão por traz dessa perspectiva é a seguinte: não é possível verificar o processo de construção da auto-imagem de um grupo social considerado-o isoladamente, como se houvesse uma geração espontânea de identidade. Só é possível verificar essa construção a partir da interdependência entre os grupos e dos elementos que a fazem uma configuração social - no caso, uma

configuração comunitária.

O sentido do termo “auto-imagem” conforme o uso que dele faz Norbert Elias, varia com base em dois fenômenos: primeiro, designa a forma como um grupo constituído de indivíduos enxerga e concebe a si mesmo; segundo, designa a conversão dessa imagem-formada em auto-estima, ou seja, o processo social de valorização simbólica do grupo.

É nesse sentido que “auto-imagem” é também um elemento de “identidade social”, convergindo com a preposição bastante trabalhada nas ciências sociais sobre o tema - de que as identidades se constróem por oposição, freqüentemente consideradas apenas em pares de oposição, como “nós X outros”. Porém, contemporaneamente, detalhes desse fenômeno vem sendo inseridos na discussão:

> Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como “nós” por oposição a “eles”, aos “outros” e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo que toca à identidade. (BOURDIEU, 2002, p. 124)

O destaque que Bourdieu fornece nessa relação, que converge com a problemática de Elias, é justamente focalizar os mecanismos de classificação investidos no fenômeno da classificação e auto-classificação.

Elias trabalha com a construção da auto-imagem dos grupos sociais, inserida em processos comunitários, na obra “Os estabelecidos e os *outsiders*” (ELIAS; SCOTSON, 2000). Como perspectiva teórica mais ampla, presente em vários momentos das análises de Elias, o modelo de relação estabelecidos-*outsiders* invoca três momentos interligados[13]: o caráter histórico-processual das configurações que

---

[13] É importante perceber que o modelo teórico-empírico de relações estabelecidos-*outsiders* possuem aplicações específicas, sendo construído ao longo da obra de Elias, e que neste caso é aplicado ao estudo de comunidades. Pode-se destacar que esse modelo já aparecia em “A sociedade de Corte” (ELIAS, 2001a), escrito no início dos anos 30, em “O processo Civilizador” (ELIAS, 1994a; ELIAS, 1994b) publicado pela primeira vez em 1939, na Alemanha, em “A sociedade dos indivíduos” (ELIAS, 1994c). “Os estabelecidos e os *outsiders*” (ELIAS; SCOTSON, 2000) corresponde a uma

caracterizam um certo momento social; a formação da auto-imagem e da imagem dos "outros" de um grupo em relação a outro e deste em relação aquele; e uma sociologia das formas de poder. Então, de acordo com as preposições de Elias, para analisar o processo de formação da auto-imagem de um grupo é preciso considerar o processo que caracteriza o próprio grupo e as relações de poder em que ele está envolvido.

Deve-se ter cuidado com o conceito de poder. Na sociologia de Elias o poder não deve ser considerado em si, mas no equilíbrio em que se encontra a partir da interdependência entre pessoas e grupos de pessoas. Ou seja, Elias considera que o equilíbrio de poder é um elemento fundamental das relações humanas, sendo no mínimo bipolar (ELIAS, 1999, p. 80-81). A concepção de "equilíbrio instável de poder", realizada por Elias, permite que o conceito de poder não seja utilizado como algo adquirido e então estático, assemelhando-se mais a um objeto do que uma espécie de força social. Assim, não é necessariamente do poder econômico ou da violência física que se está falando: o poder como algo estrutural das relações humanas pode caracterizar-se de diferentes maneiras de acordo com as relações que as pessoas realizam umas em direção às outras; ou seja, é um atributo das relações sociais. E assim, a auto-imagem que as pessoas ou grupos de pessoas fazem de si e dos outros está configurada pela percepção que realizam das suas relações em uma teia de interdependência. E nessa teia se processam a concepção do "nós" e dos "outros".

2.4.1 Esquemas sociais de classificação: entre Elias e Bourdieu

As categorias de classificação dependem fundamentalmente da relação de interdependência em que se desenvolvem. Para auxiliar na compreensão dessa

---

pesquisa feita no final dos anos 50, cuja primeira publicação inglesa é de 1965. Certamente, pode-se ainda afirmar que esse modelo aparece de uma forma ou de outra em todas as suas obras, como em "Mozart: sociologia de um gênio" (ELIAS 1995), "Os alemães" (ELIAS, 1997), e na autobiografia "Norbert Elias por ele mesmo" (ELIAS, 2001b), em que auto-analisa sua posição como judeu-alemão dentro da problemática do Estado Alemão, além da sua posição e carreira acadêmica.

afirmativa, é fundamental tratar de forma comparativa a perspectiva de Elias e Bourdieu.

A perspectiva mais geral de comparação é a que remete à discussão entre indivíduo e sociedade. Como mostra ELIAS (1994a, p. 15), existem ramos da psicologia que insistem em entender as funções psicológicas dos indivíduos, entre elas as representações (individuais), sem estabelecer nenhum tipo de dependência do tal indivíduo com todas as outras pessoas com as quais possui algum tipo de relação social. E por outro lado, tanto em algumas correntes da psicologia social como das ciências sociais, existe uma atribuição de alma coletiva a formações sociais completas, ou pelo menos em relação à soma ou média dos pensamentos individuais, mas não encara uma perspectiva apropriada para funções psicológicas individuais.

Em princípio, não parece novidade a perspectiva de Elias que mostra que, um novo ser que nasce em uma sociedade pressupõe a existência de outros seres humanos. Porém, "uma criança só se torna um ser humano ao se integrar num grupo [...], ao aprender uma língua ou ao assimilar as regras de controle das pulsões e dos afetos que são próprias de uma civilização." (ELIAS, 1998, p. 19). E assim, não é apenas da coexistência com os outros que se está analisando, mas também da própria existência individual, ou seja, do compartilhamento da condição de humano necessário à sobrevivência.

Essas condições, que perpassam desde a linguagem ao auto-controle, é particularizada como herança social e torna-se componente do *habitus* social do indivíduo. Este *habitus* é entendido por Elias tanto em relação ao que é socialmente adquirido, ou a composição social do indivíduo no sentido da incorporação do saber social, como também relacionada à auto-imagem como estrutura da sua personalidade, que o identifica e identifica os outros, seja pela semelhança ou pela diferença, em uma

configuração específica.[14]

Nota-se a convergência da noção de *habitus* entre Elias e Bourdieu. Para este, o *habitus* é entendido como um "sistema de esquemas mais ou menos controlados e mais ou menos transponíveis" (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 14). Constitui-se como atitudes comuns que "funcionam como categorias de percepção e de apreciação que estruturam a percepção e a apreciação" (BOURDIEU, 2002, p. 231); como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações, que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas, sem que por isso sejam o produto da obediência de regras escritas. Ou seja, as práticas dos agentes são resultado de uma relação entre seu *habitus* e uma situação específica.

O *habitus*, em ambos os autores, é evidenciado primeiramente por uma incorporação individual do que é socialmente construído e legitimado, o que remete tanto à liberdade como aos limites dos agentes em suas ações e práticas - realizadas e que têm possibilidade de realizar - em uma situação social particular. Além disso, em ambos os autores, a chamada socialização do indivíduo é antes um processo complexo de instituir o social, através de elementos de instituição social, que assume caráter ativo na aprendizagem, fato que difere do biologicamente constituído e do passivamente adquirido.

Ao construir o conceito de *habitus*, Bourdieu destaca os agentes em ação no campo, isto é, um espaço estruturado de relações. Como indica BOURDIEU (2002, p. 134), "os agentes e grupos de agentes são, assim, definidos pelas suas posições relativas neste espaço [social] [...]." Com essa perspectiva, o *habitus* indica a ação dos agentes na inter-relação entre campos e em um campo específico. Para Bourdieu, em linhas gerais, a "sociedade" é concebida como um espaço social composto por campos

[14] A noção de *habitus* aparece pela primeira vez na obra "O processo civilizador" (ELIAS, 1994a), de forma muito pontual. Porém, é utilizado sistematicamente em "A sociedade dos indivíduos" (ELIAS, 1994c) e em "Os Alemães" (ELIAS, 1997).

relativamente autônomos em que encontram-se os agentes, em posições relativas e relacionais hierarquicamente diferentes.

A concepção de espaço social e campo de Bourdieu converge, em alguns pontos, com o conceito de configuração social de Elias; conceito pelo qual ele analisa a relação entre indivíduo e sociedade, entre outros fenômenos. É possível verificar que uma configuração social é também um espaço social, no sentido em que é o "lugar" por excelência das relações entre os indivíduos. Através de uma perspectiva processual, entende-se que, na concepção sociológica de Elias, indivíduo e sociedade não são termos que se excluem, mas que as ações que os indivíduos realizam entre si, orientados para os outros e para si, são ações interdependentes que caracterizam uma configuração que só pode ser entendida no processo a longo prazo em que se constituiu e que está em constante movimento. A configuração é entendida como um "padrão mutável criado pelo conjunto dos [...] [indivíduos] não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros." (ELIAS, 1999, p.142)

Assim, as concepções de "configuração" e "interdependência" são elementos fundamentais de análise. Uma configuração social é uma situação particular, de padrão variável e empiricamente verificável de inter-relações de múltiplos vínculos entre indivíduos que direcionam suas ações uns em direção aos outros; ou seja, a configuração é uma situação verificável de interdependência. A noção de interdependência, por sua vez, indica a existência de laços entre as pessoas, que por sua vez proporcionam vínculos entre elas. Esses laços podem variar muito, podendo ser de trabalho, de instintos, afetos, desafetos ou propriedade (ELIAS, 1994c, p. 22), bem como variam os vínculos, entre tantos outros possíveis. Nas palavras de Elias, essa concepção indica que

> Os tipos mais díspares de funções[15] tornaram [cada pessoa] dependente de outrem e tornaram outros dependentes dela. Ela vive, e viveu desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal. E aí reside o verdadeiro problema: em cada associação de seres humanos, esse contexto funcional tem uma estrutura diferente. (ELIAS, 1994c, p. 22)

Para tanto, é preciso destacar que uma convergência possível entre Bourdieu e Elias na discussão entre "campo" e "configuração", é a concepção de estrutura social ao mesmo tempo socialmente relacional - de inter-relação ou interdependência - e estruturalmente flexível, fundamentalmente baseada em instrumentos simbólicos. Embora em Bourdieu a noção de interdependência não seja explicitamente concebida, não deixa de analisar a inter-relação entre os agentes no espaço social, o que se pode notar quando concebe os agentes em posições relativas. Porém, Bourdieu enfatiza o espaço social pela relação entre campos hierarquizados, que são lugares de lutas concorrenciais simbólicas entre os agentes, de acordo com o capital simbólico adquirido e acumulado - e freqüentemente específico de cada campo -, em que a mediação das práticas é feita pelo *habitus*.

Ou seja, uma diferença essencial, também particularmente nessa discussão, é que Elias enfatiza a relação indivíduo e sociedade, enquanto Bourdieu enfatiza as lutas concorrenciais simbólicas no espaço social, que são lutas que envolvem uma espécie

---

[15] Nota-se que o termo "função" e "funcional" é utilizado por Elias diferentemente do estrutural-funcionalismo, ou mesmo da sociologia durkheimiana. Ele mesmo indica que a conceituação geralmente utilizada do termo função carrega consigo fortes cargas valorativas, pois pretende designar "as tarefas empreendidas por uma parte da sociedade, que são 'boas' para a 'totalidade', pois contribuem para a conservação e integridade do sistema social existente." (ELIAS, 1999, p. 84). E é da mesma forma que pode-se criticar e apreender o termo "disfuncional". Mais uma vez, é através de um conceito de relação que o termo função é utilizado por Elias. Ou seja, só podemos falar em função quando se considera, por exemplo, a função de um grupo social em relação a outro e deste em relação aquele e, ainda, de ambos em relação a terceiros. O termo "função" deve ser entendido, em Elias, sempre como um termo de relação, sendo possível afirmar que a complexificação de funções sociais, por exemplo, é uma complexificação de relações sociais interdependentes. A "função" denota relações sociais interdependentes cujos vínculos são particulares a cada configuração.

de poder especial: o poder simbólico. Entretanto, essa diferença é de ênfase, e não de conteúdo. Quando das relações no espaço social, Bourdieu enfatiza os instrumentos simbólicos como formas de dominação, e Elias privilegia a relação indivíduo e sociedade através de sua sociologia das configurações. Porém, é possível analisar em Elias o que Bourdieu chama de "lutas concorrenciais simbólicas" e "poder simbólico", através das concepções de "equilíbrio de tensões" e "equilíbrio instável de poder", ambas concepções que passam pelas relações simbólicas estabelecidas entre grupos sociais.

Há um processo social coercitivo, que não significa apenas, numa linhagem durkheimiana, que as instituições possuem um poder que se exerce sobre o indivíduo de forma exterior, possui existência objetiva e não pode ser afastada por simples deliberação (BERGER; BERGER, 1977, p. 197), mas que essencialmente faz com que os indivíduos pautem suas ações em relação ao que é simbolicamente instituído e legitimado, sendo seu caráter pessoal um constructo social individualizado.

Nesse sentido, Bourdieu analisa o chamado processo coercitivo de acordo com a perspectiva do poder simbólico e das lutas concorrenciais simbólicas. A principal manifestação do poder simbólico é o poder de nomeação, cuja idéia fundamental é a de que "ao nomear, faz existir." (BOURDIEU, 1990, p. 72). Nesse sentido, a questão essencial das lutas concorrenciais simbólicas é a imposição de uma definição do mundo social conforme os interesses dos agentes, vistos em suas inserções como classes ou frações de classe (BOURDIEU, 2002, p. 11), cuja variação de poder se dá pela variação dos diferentes tipos de capital (social, econômico, cultural e, principalmente, simbólico).

Assim,

> as espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado [...]. A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição de poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital económico - nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital

> social e também o capital simbólico, geralmente chamado de prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. (BOURDIEU, 2002, p. 135)

Então, os diferentes tipos de capital designados por Bourdieu, podem ser lidos como formas de poder que assumem especificidades nos campos. O volume dos diferentes tipos de capital acumulados pelos agentes e o peso que tal ou qual capital assume em cada campo, são importantes variáveis para determinar a posição dos agentes no campo e do campo no espaço social; e a variação da posição é também uma variação de poder. O que está em jogo nas lutas concorrenciais simbólicas é, então, a própria representação do mundo social, bem como a hierarquia particular de cada campo e entre campos no espaço social (BOURDIEU, 2002, p. 133), o que também pode-se designar como operações de classificação (BOURDIEU, 2000a, p. 222).[16]

Foi afirmado acima que as concepções de Elias e Bourdieu nessa questão diferenciavam-se não essencialmente pelo conteúdo, mas pela ênfase. Isso se verifica, de um modo geral, pela linha comum encontrada entre as diferentes formas que podem assumir as relações estabelecidos-*outsiders*: os conflitos que se realizam, sejam explícitos ou sutis, são conflitos para modificar o equilíbrio do poder, ou seja, lutas concorrenciais na distribuição de poder, que por sua vez envolvem a classificação do mundo social - tanto de auto-classificação (auto-imagem), como de classificação dos outros. Inseridos em uma configuração social, isso indica que:

> dependemos dos outros; os outros dependem de nós. Na medida em que somos mais dependentes dos outros do que eles são de nós, em que somos mais dirigidos pelos outros do que eles são por nós, **estes têm poder sobre nós** [sem grifo no original], quer nos tenhamos tornado dependentes deles pela utilização que fizeram da força bruta ou pela necessidade que tínhamos de ser amados, pela necessidade de dinheiro, de cura, de estatuto, de uma carreira ou simplesmente de um estímulo. (ELIAS, 1999, p. 101).

Assim, no modelo de Elias, os *outsiders* pressionam de um lado para reduzir

---

[16] Bourdieu analisa, por exemplo, que o Estado detém o poder de nominação oficial e o monopólio da violência simbólica legítima, relacionando a análise, entre outros fenômenos, aos títulos e atestados do sistema escolar e ao campo jurídico pela a eficácia simbólica dos veredictos dos juizes.

as diferenças de poder que os colocam como inferiores, já os estabelecidos pressionam para preservar essas diferenças e assim se preservarem (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 37), adquirindo ou mantendo as diferentes formas de capital que os colocam como estabelecidos. Em "Os estabelecidos e os *outsiders*" (ELIAS; SCOTSON, 2000), mostra como a antigüidade de um grupo de moradores somada à ocupação de cargos importantes na comunidade - um forte exemplo de capital social revestido como capital simbólico - lhes fornecia forte coesão, convertendo-se em poder de estigmatizar e cerrar fileiras contra outro grupo de moradores vizinhos recém-chegados cuja coesão era comparativamente mais fraca.

Um recurso usual dos *establishments* sob pressão é o reforço das pressões que os membros do seu próprio grupo impõem a si mesmos e ao grupo *outsider*; caracterizando por um lado um reforço da auto-estima, ou ganho em capital simbólico, e por outro a desonra grupal. Nesse sentido, o próprio sentido de capital simbólico está intimamente ligado à composição processual da auto-imagem grupal, designando tanto uma espécie de poder de definição e classificação - ou seja, da imposição dos esquemas de classificação do mundo social - como também da legitimidade reconhecida - prestígio, reputação, etc. - do próprio grupo.

Assim, continuamente os agentes agem "para imporem sua visão do mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social." (BOURDIEU, 2002, p. 139). E essas ações podem ser vistas numa certa configuração comunitária, de acordo com a relação entre os elementos que a compõem, que são particulares empiricamente, mas que se constituem em linhas gerais pelos seguintes elementos: a) o seu caráter processual como configuração comunitária; b) a formação da auto-imagem e da imagem dos "outros", de acordo com c) as formas de poder relacionadas às formas assumidas de capital simbólico, como componentes da configuração.

3 PROCESSOS URBANOS E A CONFIGURAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA MACEDO

Analisar uma configuração comunitária estabelecida em meio urbano traz consigo uma série de fatores que devem ser esclarecidos. Dentre estes fatores, o processo de formação dessa configuração é a base para se compreender os significados - dentre eles a própria auto-imagem comunitária - evidenciados no presente. Ou seja, trazer pela perspectiva a longo prazo os elementos que conformam a atual configuração, sempre em movimento.

3.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO URBANA

Um dos fatores abordados em relação à compreensão da configuração comunitária formada pela Vila Macedo envolve a análise do chamado processo de periferização que, para além da relação centro-valorizado-periferia-desvalorizada dentro dos limites de uma cidade, envolve ainda o extravasamento populacional das fronteiras citadinas. No Brasil, para além de jurisdições políticas, a formação sócio-espacial das Regiões Metropolitanas demonstram o teorizado novo modelo de urbanização. A literatura freqüentemente enfatiza a análise da periferização e não necessariamente do processo.[17] Freqüentemente a ênfase é na compreensão "como resultante do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de suas conseqüências na conformação do espaço urbano das grandes cidades [...]."(VALLADARES, 1982, p. 45).

Presa às variáveis de renda, estas análises mostram apenas uma face da segregação sócio-espacial, deixando de lado outros elementos interdependentes que

[17] A ênfase na relação capitalista da produção do espaço urbano é substancial à literatura da sociologia urbana brasileira. Como por exemplo os trabalhos de MARICATO (1979) e BONDUKI e ROLNIK (1979).

fazem parte da formação, e consequentemente da própria compreensão, do que são as periferias. Ou seja, é preciso evidenciar, para o desenvolvimento deste trabalho, que o "processo" é aqui apresentado como um processo social variável e empiricamente verificável de inter-relações de múltiplos vínculos entre indivíduos ou grupos de indivíduos que realizam suas ações de forma interdependente. Esta interdependência é a chave para compreensão da configuração como espaço social.

Por certo, a configuração comunitária formada pela Vila Macedo não foge ao modelo sócio-espacial urbano excludente encontrado em todo Brasil e outros países do mundo, no qual a moradia não é apenas uma variável, mas o centro em que gravita ao redor o mundo do trabalho, do lazer e da violência. No que converge com a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), estudos demonstram que esta foi a que mais cresceu em relação às outras Regiões Metropolitanas do país, com taxa de 5,78% ao ano na década de 70, enquanto a média nacional ficou em 2,48% (MOURA; ULTRAMARI, 1994, p.6).

TABELA 1 - POPULAÇÃO TOTAL POR MUNICÍPIO DA RMC - 1950-2000

MUNICÍPIO	1950	1960	1970	1980	2000
Almirante Tamandaré	8.812	10.220	15.299	34.168	88.277
Araucária	11.524	16.523	17.117	34.799	94.258
Balsa Nova	-	-	4.704	5.288	10.153
Bocaiúva do Sul	20.490	18.346	10.697	12.119	9.050
Campina Grande do Sul	-	7.982	7.891	9.798	34.566
Campo Largo	26.365	32.272	34.405	54.839	92.782
Colombo	6.331	8.719	19.258	62.881	183.329
Contenda	-	8.361	7.224	7.556	13.241
Curitiba	180.575	361.309	609.026	1.024.975	1.587.315
Mandirituba	-	-	11.036	15.452	17.540
Piraquara	11.119	11.573	21.253	70.640	72.886
Quatro Barras	-	-	4.006	5.710	16.161
Rio Branco do Sul	16.378	20.429	25.133	31.767	29.341
São José dos Pinhais	35.768	28.888	34.124	70.634	204.316
Total	317.442	524.657	821.223	1.440.626	2.453.215

FONTE: IBGE

Limitando-se aos municípios da RMC que fazem fronteira com Curitiba - Almirante Tamandaré, Campo Magro, Campo Largo, Araucária, Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais, Piraquara, Pinhais e Colombo - torna-se mais evidente o

fenômeno da metropolização. Em um primeiro momento, a partir da década de 50, foram as mudanças estruturais na economia rural, principalmente em relação às relações de trabalho e moradia, que serviram de estopim para os fluxos migratórios que ocorreram internamente no estado do Paraná, em busca do emprego urbano.

Após 1950, os municípios que mantiveram as maiores taxas de urbanização foram, respectivamente, Colombo - 87,43% - e Piraquara - 86,25% - em 1980 (IBGE, 2003). Consequentemente, houve aumento na demanda por habitação, não simplesmente pela posse material de um bem econômico, mas essencialmente pela sobrevivência como trabalhador urbano através da moradia urbana.

A base desse processo pode ser analisada como uma espécie de filtro que segrega as populações pobres em locais distantes - do emprego, dos serviços públicos e do lazer - onde a construção da casa própria, geralmente autoconstruidas, em locais desprovidos de infra-estrutura urbana e em terrenos ilegais, ou mesmo um aluguel mais barato, é a principal fórmula de moradia (KOWARICK, 1982, p. 43).

Como parte de um processo mais amplo, cujas engrenagens funcionam como construtora de territorialidades particulares, o próprio processo de ocupação é significativo como elemento de compartilhamento de situações sociais semelhantes. Assim, as próprias relações sociais que se estabelecem na configuração comunitária, como verifica-se na Vila Macedo, trazem em sua constituição as relações estabelecidas no processo. Ou seja, não é como pano-de-fundo que devemos analisar o processo de periferização, mas sim como elemento interdependente que marca a dinâmica das posições sociais ocupadas pelos moradores nessa configuração comunitária como espaço social.

3.2 MIGRAÇÃO

Poderia ocorrer, por hipótese, que as diferentes posições e consequentemente as relações estabelecidas entre elas, tivessem influência da origem rural ou urbana dos

moradores. Porém, isso não ocorre na Vila Macedo uma vez que não há divergência significativa sobre a origem dos moradores de ambos os grupos.

Se a expulsão rural foi, enfaticamente entre 1960-80, objeto de preocupação e análise de profissionais - principalmente economistas, geógrafos e sociólogos, nas últimas décadas somam-se as migrações ocorridas de origem urbana e destino urbano.

Como indica estudo do CODESUL (1979) ainda no período entre 1970-1976, o primeiro local pretendido para fixação dos migrantes era a cidade de Curitiba. Porém, a capital não se mostrava mais acessível para uma grande parcela da população, incluindo não só os migrantes, mas também os nativos. A acessibilidade à moradia transcende, então, a origem espacial geográfica dos indivíduos. Nativos de Curitiba ou do interior do Estado, do campo ou da cidade, estão sujeitos à dinâmica sócio-espacial excludente e, consequentemente, ao processo das tomadas de posição no espaço social objetiva ao processo.

Assim, esse segundo momento da estrutura migratória - urbano-urbano - evidencia, como afirma KLEINKE e DESCHAMPS (1999), que a relação de fluxos migratórios entre núcleos urbanos indica 54,4% da trajetória dos migrantes do Paraná entre 1991-96; índice elevado em comparação com as migrações de origem rural e destino urbano, que representavam 24,7%. Que essas pessoas concentram-se fortemente na RMC já é fato bastante conhecido, porém muitas vezes só aparecem nas ilustrações da chamada “evolução da mancha urbana”.

É preciso destacar ainda que

> a aglomeração formada por Curitiba e municípios adjacentes que integram a mancha contígua de ocupação (Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Mandirituba, Fazenda Rio Grande, Piraquara, Pinhais e São José dos Pinhais) recebe 82% dos deslocamentos que ocorrem dentro da própria mesorregião, enquanto que, do total das pessoas que chegam à Metropolitana vindas do interior do Estado, a grande maioria (91%) fixa residência nos municípios da aglomeração. (KLEINKE; DESCHAMPS, 1999).

TABELA 2 - ORIGEM DOS MORADORES - CIDADE OU CAMPO - EM PORCENTAGEM COM RELAÇÃO AO LOCAL DE MORADIA NA VILA MACEDO - 2003

ORIGEM - CIDADE X CAMPO	LOTEAMENTO	INVASÃO
Cidade	40,9%	42,9%
Campo	59,1%	57,1%

FONTE: Pesquisa de campo do autor

A tabela 2 mostra que a maioria dos moradores, tanto da invasão quanto do loteamento, tem origem no campo. Embora o número de moradores cuja origem é urbana se situe próximo à outra variável, é preciso perceber que os municípios eram de pequeno ou médio porte, como é o caso de Londrina, se comparados à capital.

Assim, é possível afirmar que os moradores que compõem a configuração comunitária da Vila Macedo, articulando-se os dados tanto do loteamento quanto da invasão, possuem uma trajetória social semelhante no que se refere à migração no espaço rural-urbano e urbano-urbano. Nesse sentido, a posição ocupada atualmente - particularmente na Vila Macedo - não tem influência determinante da origem espacial. Mas fundamentalmente, é preciso considerar que todas essas transposições espaciais são antes expressões sociais manifestadas de acordo com variáveis específicas, das quais a posição frente à moradia - própria; alugada; irregular; etc. - é uma das mais reveladoras.

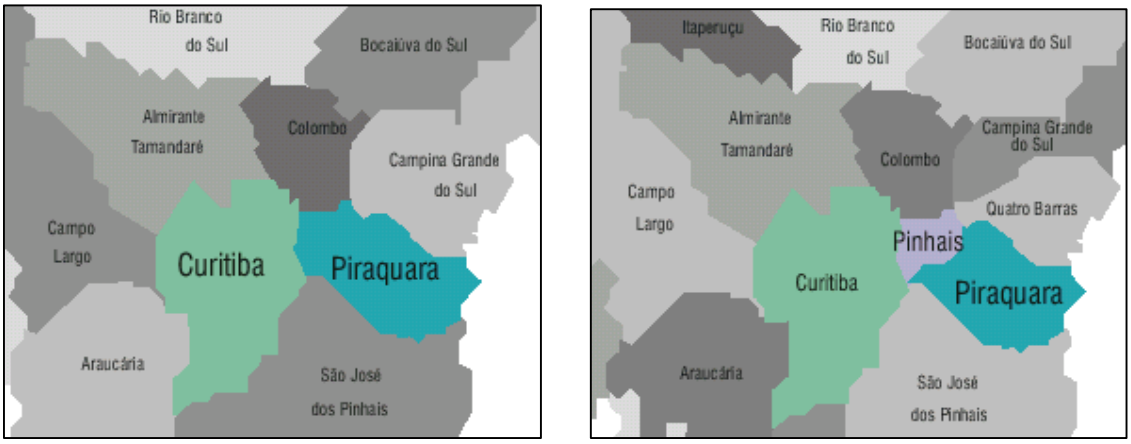
3.3 VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA: PIRAQUARA E A VILA MACEDO

Criado em 10 de janeiro de 1890, através do desmembramento de Curitiba, o município de Piraquara permaneceu, pelo menos até 1950, com perfil basicamente rural. O crescimento populacional vegetativo somado às migrações de origem rural do interior do Estado fizeram que, levando em consideração Curitiba como pólo concentrador de atividades econômicas, a população do município saltasse de 6.910 habitantes em 1950 para 11.578 habitantes em 1960, uma taxa de crescimento anual de 10,87% (COMEC, 2002, p. 11).

A ocupação metropolitana do território de Piraquara ocorreu a leste da

capital, onde hoje é o município de Pinhais - desmembrado de Piraquara em 1992. Mesmo que a linha fronteiriça tenha diminuído com o desmembramento, o processo e a dinâmica de ocupação permaneceram semelhantes. Na área do limite atual do município, foram aprovados, na década de 50, cerca de 97 loteamentos e, na década de 60, mais 24 loteamentos, totalizando 121: um acréscimo de oferta de 23.250 lotes (COMEC, 2002, p. 12). Assim, a moradia mais próxima da capital era procurada pela maioria da população que se estabeleceu na RMC, ocupando o território tendo como vetor a fronteira com Curitiba em direção à sede do município de Piraquara.

FIGURA 1: COMPOSIÇÃO DA RMC EM 1970 E 1992, EM DETALHE O DESMEMBRAMENTO DE PIRAQUARA.



FONTE: COMEC. **Plano de desenvolvimento integrado.** Curitiba, 2001. 1 CD-ROM
A figura à esquerda corresponde ao território da RMC em 1970, e à direita em 1992. O desmembramento do município de Piraquara e a criação de Pinhais, embora tenha diminuído fisicamente a fronteira de Piraquara com a capital, não influenciou determinantemente no seu processo de ocupação.

Foi justamente na década de 60 que o loteamento Vila Macedo foi aprovado pela COMEC, com oficialmente 865 lotes (COMEC, 2000). A ineficiência da legislação permitiu que o parcelamento do solo de Piraquara seguisse padrões irregulares. Ao ter como critério as condições de infra-estrutura urbana somadas às condições geográficas e físicas, pode-se afirmar a precariedade deste loteamento, entre outros existentes, como uma das suas características mais evidentes.

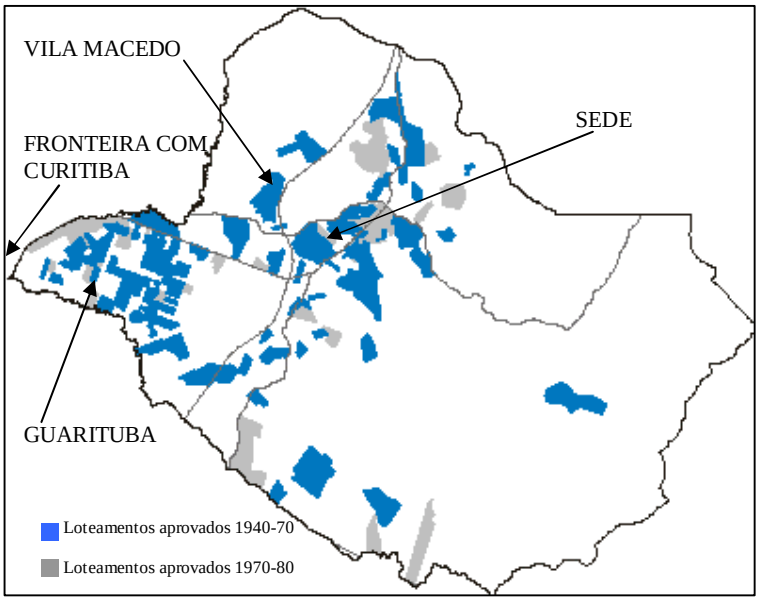
É também conhecido o fato de que a aprovação dos loteamentos não

significa a sua imediata ocupação. Foi justamente o que ocorreu com a Vila Macedo. Um primeiro fator a ser considerado é que a Vila Macedo é um loteamento relativamente isolado de outras aglomerações residenciais e também mais afastado da fronteira com a capital.

Assim, foram os loteamentos mais próximos com a fronteira de Curitiba os primeiros a serem ocupados. De acordo com a dinâmica da especulação imobiliária, esses lotes que ainda eram economicamente viáveis para compra da população mais pobre, aos poucos tiveram seus valores elevados pela implantação, ainda que precária, de equipamentos urbanos, como linha de ônibus e iluminação pública.

Desde os anos 50, essa região de fronteira foi a mais parcelada do município. Ali estabeleceu-se a grande área habitacional denominada Guarituba. Enquanto isso, outras parcelas em direção à sede do município e outras mais para o interior, como a Vila Macedo, permaneciam esvaziadas de população.

FIGURA 2- LOTEAMENTOS APROVADOS EM PIRAQUARA ENTRE 1940 E 1970



FONTE: COMEC. **Leitura do espaço urbano** - Piraquara. Curitiba, 2002. 1 CD-ROM
NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

As indicações montadas sobre o mapa original, mostram a concentração de loteamentos mais próximos à capital - Guarituba - que foram os primeiros a serem ocupados, enquanto outros mais afastados permaneceram vários anos sem moradores. Embora inseridos em processos urbanos, os loteamentos que adentram ao município ainda são considerados área rural.

É fundamental para análise perceber que na época da aprovação, o loteamento “Vila Vicente Macedo” foi classificado como área rural (COMEC, 2000) e atualmente é classificado pelo IBGE como “área urbana isolada”, que significa “área definida por lei e separada da sede distrital (ou municipal) por área rural ou por outro limite legal” (IBGE, 2002, p. 7). Ou seja, no processo de ocupação, o loteamento adquiriu características urbanas, mas não deixou de ser uma área isolada, e consequentemente menos valorizada em relação à terra.

Nos anos 70, a população de Piraquara era de 21.253 habitantes, e em 1980 de 70.640 habitantes (IBGE, 2003). Entre 1979-80 foi estabelecida pelo município uma das primeiras tentativas de contenção da urbanização. Seguindo as barreiras provocadas pela Lei Federal 6766/79, que coibia irregularidades em loteamentos tais como deficiência de infra-estrutura e insalubridade, em 1980 o município de Piraquara estabeleceu seu Plano Diretor. Com isso, diminuiu drasticamente o número de loteamentos aprovados e consequentemente com a menor oferta de lotes houve aumento do preço das áreas mais próximas à capital.

Através da fotografia aérea da Vila Macedo feita em 1985, é possível analisar que sua ocupação era menor que 30%. No processo de ocupação, a área mais central aos poucos formou um eixo de expansão. Este eixo central é atualmente caracterizado pelas ruas onde encontram-se o comércio, o posto de saúde e as escolas, sendo também o trajeto da linha de ônibus. Do centro desse eixo, as formações de casas expandiram-se de forma centrífuga. Pelos relatos de um morador, que se estabeleceu há 21 anos na Vila, *“quando eu vim para cá tinha mais casinhas nesse miolinho aqui [que corresponde às quadras próximas ao posto de saúde], o resto era só mato.”* (Morador do loteamento, 61 anos, aposentado) .

Nesse sentido, devido ao processo de exclusão, estes primeiros moradores conquistaram o terreno próprio a menor valor do que os praticados em áreas mais próximas a capital, e ao longo do tempo edificaram a casa própria. No decorrer da

dinâmica de ocupação, o loteamento foi economicamente valorizado com a inserção de equipamentos urbanos e com a chegada do comércio. Num processo de conversão, estes terrenos foram valorizados simbolicamente e adquiriram valor de estima e prestígio.Em tese, o processo centro-periferia acontece em pequena escala na Vila Macedo. De forma mais ampla, o próprio processo de evolução da chamada “mancha urbana” indica um processo de subperiferização. Isso indica que “regiões de ocupação antiga, [...] tradicionalmente de baixa renda - fato observado pelo baixo padrão das moradias - começam a vivenciar uma renovação, isto é, as novas habitações apresentam um padrão mais elevado que as antigas.” (PLAMEC, 1994, p. 60).

FOTOGRAFIA 1 – VISTA AÉREA DA VILA MACEDO, COM A MAIORIA DOS LOTES DESOCUPADOS E SEM A PRESENÇA DA INVASÃO – 1985

(Disponível somente na versão impressa)

Na parte superior da fotografia, final do loteamento, encontra-se a Colônia Penal Agrícola. A rua limite à direita é a Avenida Brasília, que dá acesso à Vila Macedo. A rua limite à esquerda é a rua Goiânia. É a partir desta rua que surge mais tarde a invasão, que ocupará a borda externa esquerda e parte da borda inferior do loteamento.
FONTE: COMEC

Porém, pelo menos na Vila Macedo, isso não determinou de forma totalizante a expulsão dos primeiros moradores. Diversos são os moradores que possuem mais de 15 anos de moradia na Vila Macedo e cujas condições de habitação permanecem semelhantes. Dos dados utilizados neste trabalho, 22,7% correspondem a moradores nessa faixa de tempo de moradia.

TABELA 3: TEMPO DE MORADIA DOS ENTREVISTADOS NA VILA MACEDO - 2003

TEMPO DE MORADIA	LOTEAMENTO	INVASÃO	TOTAL
menos de 1 ano	-	-	-
1-2 anos	4,5%	42,9%	13,8%
3-5 anos	9,1%	57,1%	20,7%
6-8 anos	22,7%	-	17,2%
9-11 anos	18,2%	-	13,8%
12-14 anos	22,7%	-	17,2%
15-17 anos	9,1%	-	6,9%
18-20 anos	9,1%	-	6,9%
mais de 20 anos	4,5%	-	3,4%

FONTE: Pesquisa de campo do autor

Mesmo moradores entre os mais recentes, que se estabeleceram a menos de 10 anos vivem em um padrão semelhante de habitação, geralmente precário. Ou seja, quase a totalidade da Vila Macedo segue os padrões da habitação periférica. Exceto a existência de habitações mais recentes, menos de 5%, cuja dimensão física e qualidade da edificação são mais elevadas.

Ou seja, entre os anos de 1980-1999, a Vila Macedo estabeleceu-se com cerca de 85% dos seus lotes ocupados. Ao longo de cerca de vinte anos, os moradores conheceram a valorização dos terrenos e a desvalorização dos seus rendimentos. Hoje, aqueles que se estabeleceram lá há pelo menos 10 anos, não mais conseguiriam adquirir um terreno naquele mesmo local. Os relatos de moradores tratam dessa questão. *"Comprei aqui há uns 13 anos, e paguei, nem sei bem, uns 4 mil cruzeiros... Paguei por uns cinco anos todo mês... todo mês... E daí esse aí na frente, sei lá quanto mede mas é mais pequeno que esse aqui, tá pra lá de 10.000 reais... tudo sobe, menos o dinheiro para receber."* (Morador do loteamento, 49 anos, empregado).

FOTOGRAFIA 2 - ÁREA DA INVASÃO EM RUA LIMITE COM ESPAÇO DA COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA -2002

FONTE: O autor

FOTOGRAFIA 3 - RUA BELO HORIZONTE (LOTEAMENTO), ÁREA PRÓXIMA À INVASÃO - 2002

FONTE: O autor

Seguindo esse mesmo histórico, com uma perspectiva protecionista em relação aos mananciais de água existentes na RMC e especialmente em Piraquara, o recente estudo “Leitura do Espaço Urbano de Piraquara”, “realizada pela COMEC em

parceria com a Prefeitura Municipal, consiste no primeiro produto elaborado com o intuito de dar subsídio ao futuro Plano Diretor do município" (COMEC, 2002, p. 6), classificou especialmente a Vila Macedo dentro da "zona rural" como "zona de proteção urbana" (COMEC, 2002, p. 20) e demarcou, entre outras, a área de ocupação irregular da Vila Macedo, como mostra o mapa da página seguinte.

Esse fato é esclarecedor para o fenômeno que mostra, no processo de ocupação e formação de uma configuração comunitária, que os primeiros moradores adquiriram os terrenos mais centrais a menor valor, devido ao isolamento e à falta de infra-estrutura do local, comparativamente aos preços realizados poucos anos depois de acordo com a valorização imobiliária devido à urbanização.

Partindo da concepção de que a valorização simbólica do espaço físico, formando posições distintivas no espaço social, pode certamente variar conforme configurações particulares, seria tentador colocar essa centralidade e antiguidade dos primeiros moradores como variáveis determinantes no processo configuracional. Porém isso não ocorre, mesmo que sejam elementos interdependentes que devem ser considerados na análise. Isso porque a questão fundamental está diretamente ligada a um elemento que envolve todo esse processo, que é a moradia própria, ou pelo menos a moradia legalizada.

3.3.1 A invasão

É por volta do ano de 1999 que surge a área de ocupação irregular da Vila Macedo. Essa consideração temporal é importante, pois assim como ocorreu com as ocupações regulares dos lotes parcelados, as ocupações irregulares surgiram nas áreas mais próximas à fronteira com Curitiba, desde o início de 1990.

TABELA 4 - UNIDADES, POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO EM OCUPAÇÕES IRREGULARES NOS MUNICÍPIOS DE PINHAIS E PIRAQUARA - 1992-1997

MUNICÍPIO	UNIDADES EM 1992	UNIDADES EM 1997	POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREAS IRREGULARES 1992	POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREAS IRREGULARES 1997	TAXA DE CRESCIMENTO 1992/97 (%)
Pinhais	1.556	2.293	6.302	8.484	5.08
Piraquara	197	4.199	648	15.536	69.81
TOTAL	1.753	6.492	6.950	24.020	-

FONTE: COMEC

As primeiras áreas a serem ocupadas irregularmente foram na região do Guarituba, principalmente em terrenos loteados nas décadas de 50 e 60, porém não ocupados até então. Na medida em que nem mesmo esses terrenos eram acessíveis para os novos residentes inseridos nesse mesmo processo, seguiram-se as ocupações irregulares em localidades mais afastadas. Nesse sentido, demorou cerca de 9 anos para começar a se consolidar a área de invasão da Vila Macedo.

Um ponto em comum entre os moradores que vivem nessas áreas é justamente a dificuldade de acesso a terra e habitação, o que constituiu-se como fator determinante para que o atual local de moradia seja uma área de ocupação irregular. Porém, não há fronteiras físicas entre o loteamento e a invasão, além do fato dessas duas áreas serem semelhantes quanto às edificações, os equipamentos urbanos e o perfil sócio-econômico dos moradores.

FOTOGRAFIA 4 - RUA RECIFE, NO LOTEAMENTO - 2002
FONTE: O autor

Note-se que as ruas sem asfalto e a recente arborização são elementos sempre presentes na Vila Macedo.

TABELA 5 - SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO DA INVASÃO E LOTEAMENTO - 2003

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	INVASÃO (%)	LOTEAMENTO (%)
Empregado	56,0	59,0
Desempregado	38,0	30,0
Aposentado	6,0	11,0

FONTE: Pesquisa de campo do autor

Os dados levantados anteriormente mostraram que em relação à origem familiar, tanto os moradores do loteamento quanto da invasão realizaram trajetórias semelhantes no espaço: geralmente de origem rural, a família migrou para Curitiba, passando por diferentes bairros periféricos. Então, de acordo com as pressões urbanas, como o preço dos aluguéis e impostos, cruzaram a fronteira do município em direção a Piraquara, estabelecendo-se também em sua periferia. Outros ainda migraram diretamente para outras localidades da RMC, e mais tarde chegaram a Vila Macedo.

FOTOGRAFIA 5 - CASAS DA INVASÃO MAIS PRÓXIMAS AO LOTEAMENTO - 2002
FONTE: O autor

A situação profissional, demonstrada na tabela 5 considerando os responsáveis pelo domicílio entrevistados, demonstram níveis semelhantes de ocupação, sendo que as faixas de desemprego não chegam a assumir proporções que justifiquem as diferenças apresentadas na configuração comunitária. Em relação à renda, como é possível verificar na tabela 6, a situação de ambos os grupos de moradores também é semelhante. A faixa de renda média do responsável pelo domicílio, tanto no loteamento quanto da invasão, gira em torno de R$ 300,00, considerando também a pouca diferença entre os extremos inferiores e superiores das faixas de renda.

Também como mostraram os dados interpretados, a diferença estabelecida no acesso à moradia aconteceu devido a diferentes elementos envolvidos no processo de urbanização e periferização, como a valorização imobiliária, por exemplo.

A variável educação também demonstra números próximos entre os grupos de moradores, não podendo ser considerada aqui um elemento prioritário nos conflitos encontrados entre eles, como demonstra a tabela 7.

TABELA 6 - FAIXAS DE RENDA DOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO DO LOTEAMENTO E DA INVASÃO, EM SALÁRIOS MÍNIMOS - 2003

FAIXA DE RENDA	LOTEAMENTO (%)	INVASÃO (%)
até 1/2 s.m.	0,6	2,4
mais de 1/2 até 1 s.m.	12,0	14,8
mais de 1 a 2 s.m.	22,9	21,9
mais de 2 a 3 s.m.	19,6	15,8
mais de 3 a 5 s.m	14,5	9,3
mais de 5 a 10 s.m.	4,1	4,3
mais de 10 s.m.	-	-
sem rendimento	26,3	31,5
TOTAL	100	100

FONTE: IBGE, Pesquisa de campo do autor

NOTAS: Salário mínimo considerado de R$151,00, conforme compatibilização dos dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE.
Os dados do IBGE referem-se apenas ao loteamento.

TABELA 7: CURSO MAIS ELEVADO FREQUENTADO PELOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO DA INVASÃO E DO LOTEAMENTO - 2003

CURSO MAIS ELEVADO QUE FREQÜENTOU	INVASÃO (%)	LOTEAMENTO (%)
ensino fundamental ou primeiro grau	41,0	39,0
ensino médio ou segundo grau	35,0	31,0
superior	1,0	1,0
nenhum curso	23,0	29,0

FONTE: IBGE, Pesquisa de campo do autor

NOTA: Os dados do IBGE referem-se apenas ao loteamento.

Nesse sentido, é possível afirmar que os primeiros moradores da Vila Macedo, que se estabeleceram no loteamento, sofreram processo de exclusão urbana antes mesmo do que os moradores da invasão: a diferença estabeleceu-se justamente pela impossibilidade destes últimos adquirirem terrenos legalizados, pois estes foram valorizados posteriormente.

3.4 ESTIGMA DE LUGAR

É possível identificar ainda outro fator que influenciou no processo de ocupação, ou mesmo de não-ocupação, da área de moradia mais próxima à sede do município e outras regiões mais específicas, como a Vila Macedo.

Piraquara, município atualmente destacado pelas suas características ambientais socialmente valorizadas, já foi alvo de um processo de estigma perante os municípios vizinhos e também pelos próprios moradores. Isso ocorreu pelo fato de abrigar diversas instituições penais do Estado do Paraná bem como instituições

hospitalares especializadas.

Entre os anos de 1970-80, época em que a ocupação dos lotes da Vila Macedo era incipiente, a presença dessas instituições foi alvo de discussões trazidas a público pela mídia impressa, em que o principal assunto era o caráter negativo que assumiam perante muitos de seus moradores e também perante os municípios vizinhos.

Uma das primeiras instituições a se instalar em Piraquara foi o Hospital Colônia São Roque, cuja especialidade é o tratamento da hanseníase. Foi construído nos limites da zona urbana do município em 1926; e a partir de então ficou conhecido também como "leprosário". Alguns relatos de antigos moradores informam que as ótimas condições ambientais da região foram determinantes para instalação do hospital, pois tais condições seriam um fator positivo no tratamento dos doentes (PERON, 1973, s/p.). É possível verificar que os limites da zona urbana estabelecidos na época tornaram-se mais abrangentes e transformaram-se em núcleos de ocupação urbana.

Em seguida foram estabelecidas a Penitenciária Central do Estado, o chamado Presídio das Mulheres, a Escola Correcional Queiroz Filho, a Colônia Penal Agrícola, o Manicômio Judiciário e o Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho. A localização de tantas instituições, principalmente as públicas, em uma área tão concentrada pode ser explicada pelo fato de que, na época, o Governo do Estado do Paraná possuía uma área desocupada com cerca de 700 alqueires (VEJA, 1975). Nesse sentido é que foi sendo construído um imaginário sobre o município de Piraquara, caracterizado como um amontoado de hospitais e prisões.

Ao retomar a discussão realizada por GOFFMAN (1975), verificando que o estigma surge pela discordância entre os atributos que esperamos que as pessoas possuam e aqueles que elas "realmente" têm e são considerados indesejáveis ou maus, é possível perceber que o estigma pode assim se aproximar de um descrédito apenas, mas tem efeitos muito maiores, como acreditar que um indivíduo com uma "marca"

não é considerado completamente humano, ou é um humano inferior, ou ainda em estigmas transpostos para razões como a de classe social.

"O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos." (GOFFMAN, 1975, p. 13). Ou seja, Goffman pretende mostrar que o estigma não existe em si mesmo, ele se estabelece numa relação excludente entre o que é considerado e representado como normal ou padrão e o que não é.

Goffman menciona três tipos de estigma: do corpo; das culpas de caráter individual - como a desonestidade que leva à prisão - e os estigmas tribais (religião, etnia). A linha comum dessas formas de estigma, segundo GOFFMAN (1975, p. 14), é a de que

> um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados normais.

Associando o caráter interacionista de Goffman ao processo de posições no espaço social e, mais precisamente, em uma configuração comunitária, é possível verificar que um *estigma de lugar* envolve tanto um processo de expectativas em relação aos seus ocupantes quanto um processo de tomadas de posição referente a um "padrão" do que é considerado estabelecido e o que está fora (*outsider*). Nesse sentido, o processo de ocupação do município de Piraquara envolveu, historicamente, as instituições que marcaram a cidade e os espaços estigmatizados, contrapondo-se à idéia de "cidade tranqüila e pacata", ou seja, ocupada por pessoas que se caracterizavam pela sua honestidade e tranqüilidade da origem rural.

Em entrevista a um jornal local, o ex-prefeito da cidade, conhecido como "Seu" Felipe Zeni, fornece a seguinte declaração:

> "Porque muita gente que comprou terra aqui, sem saber que aqui estavam as penitenciárias,

> o leprosário, acabou vendendo ou está para vender o terreno. E dizem que lepra não contagia. Ora. Não diga isso para quem sabe o que é a lepra. Perto do 'São Roque' há uma colônia de hansenianos que mensalmente tem que apresentar no Hospital. Eles vêm até aqui na cidade. Gente sem dedos. Sem nariz. Não é agradável não. (PERON, 1973, p. 6).

As instituições concentradas em Piraquara eram consideradas negativas, por um lado, devido ao contato com seus internos, presos ou doentes, e por outro como empecilho ao desenvolvimento da cidade, já que tais instituições afastavam moradores e assim impediam tanto o fomento do mercado imobiliário como o desenvolvimento do comércio e das estruturas de lazer, estas por serem lugares públicos cuja possibilidade de contágio era considerada eminente.

Assim surge a concepção de "cidade refugo", pelo fato que "se dispõe a receber qualquer espécie de gente, seja doente, bandido, ladrão, assassino, a escória afinal" (PERON, 1973, p. 6) ou ainda devido a "maldição pelo fato de sua população de 120 mil habitantes ter contingentes flutuantes como leprosos, loucos e presidiários" (LOPES, 1988, p. 11)

Ainda na relação espaço físico e espaço social, pode-se verificar ainda uma maior concentração de algumas instituições. Justamente junto a Vila Macedo, estão localizadas a Colônia Penal Agrícola e o Educandário São Francisco, antigamente chamado de Escola Correcional Queiroz Filho. Além dessas instituições, o Hospital Colônia São Roque, a Penitenciária Central do Estado e a Prisão Feminina, estão muito próximas a esse loteamento.

Este fato, compreendendo as instituições como elementos interdependentes da configuração comunitária formada pela Vila Macedo, marcaram não apenas a relação de (des)valorização imobiliária dos lotes, mas principalmente a relação estabelecida nas tomadas de posição no espaço social, ou ainda o "espaço dos pontos de vista" (BOURDIEU, 2003, p. 19). Ou seja, é um fato a ser considerado na análise da construção da auto-imagem comunitária dos moradores da Vila Macedo, e que será retomado nos capítulos seguintes.

4 CONFIGURAÇÃO COMUNITÁRIA E PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO

Seguindo as propostas de Elias a respeito de uma análise baseada na teoria das configurações, é possível caracterizar as "unidades sociais" relacionando mutuamente uma configuração social e uma configuração espacial, tendo como foco o processo de interdependência entre grupos de indivíduos que os compõe. Nesse sentido, é possível analisar as relações estabelecidas entre os moradores do loteamento e da invasão formando uma configuração social que possui expressão no espaço físico, ou seja, compondo uma configuração geográfica, que envolve o tempo e o espaço destas relações sociais.

Convergindo com essa perspectiva, é preciso que "seja construído o sistema das relações objetivas nas quais os indivíduos se encontram inseridos [...] que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações." (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 29). É possível eleger nesse sistema de posições como análise configuracional, alguns elementos que se destacam[18] ao longo do processo de tomadas de posição que opõe, através de processos de estigmatização, os dois grupos de moradores. Nesse sistema de posições destacam-se as tomadas de posição frente às instituições prisionais presentes na configuração; a violência e a criminalidade; e a situação de moradia e o que ela simboliza.

Como analisado no capítulo anterior, um dos elementos inseridos na

[18] De acordo com a construção do objeto científico apresentado nesse trabalho. Seguindo a perspectiva metodológica, o fato de eleger elementos que se destacam em uma configuração corresponde ao recorte empírico cuja "tesoura" é a teoria. Como mostra Elias, "só é possível superar as limitações das pesquisas sociológicas centradas nos métodos estatísticos quando os pesquisadores treinados para discernir e manipular fatores ou variáveis isolados aliam-se (ou têm, eles próprios, essa qualificação) a pesquisadores formados para discernir e, ao menos conceitualmente, manipular as configurações como tais - especializados tanto na sinopse precisa quanto na análise precisa." (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 57).

composição da configuração comunitária formada pela Vila Macedo é o conjunto de instituições prisionais que lá se encontram. Porém, de acordo com as condições relacionadas no capítulo anterior, o esquema de relações percebido entre os moradores não possui para com as instituições um caráter *a priori* estigmatizante, assim como as instituições não marcam o local, pelo menos para os moradores, como um elemento de estigma.

Nesse sentido, o quadro constituído na década de 1970 no município de Piraquara, e em particular antes da ocupação do loteamento, em que muitos proprietários vendiam seus imóveis por causa da proximidade do Hospital São Roque, do Educandário São Francisco e da Colônia Penal Agrícola, não é percebido atualmente. Se antes os proprietários de imóveis vendiam seus terrenos devido a existência de um processo de estigmatização pela proximidade com tais instituições, em situações em que o "contato é considerado perigoso ou desagradável, como se pudessem se contaminar de anomia" (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26), atualmente, devido à lógica intrínseca ao processo de ocupação urbana, a necessidade de moradia torna-se preponderante em relação ao estigma historicamente constituído do local.

Isso não quer dizer que as instituições não sejam elementos interdependentes na configuração comunitária formada pelos moradores da Vila Macedo. Justamente, as tomadas de posição, expressas em opiniões e atitudes, baseiam-se em um sistema classificador que tem nas instituições uma variável de percepção da configuração social onde os moradores estão inseridos.

Assim, os moradores do loteamento geralmente expressam que as instituições são um fator de segurança, já que estas prisões necessitam de um certo aparato coercitivo, evidenciado essencialmente pela presença da Polícia Militar do Estado do Paraná. Consequentemente, ainda segundo suas opiniões, esse aparato traria segurança para a Vila como um todo. Poder-se-ia colocar em hipótese que essa relação é de simples familiaridade, num processo em que é preciso considerar que "a despeito

dessas provas de crenças diárias sobre o estigma e a familiaridade, deve-se continuar a ver que a familiaridade não reduz necessariamente o menosprezo." (GOFFMAN 1975, p.62-63). Porém, torna-se necessário envolver uma questão mais abrangente, que vai além da familiaridade, que é a relação classificadora que tanto os moradores do loteamento como da invasão fazem perante as instituições.

TABELA 8 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DE MORADIA E A PRESENÇA DAS PRISÕES, SEGUNDO OS MORADORES ENTREVISTADOS DO LOTEAMENTO E DA INVASÃO -2003

MORADIA X PRISÕES - TOMADAS DE POSIÇÃO	LOTEAMENTO (%)	INVASÃO (%)
Seguro	63,6	14,3
Inseguro	4,5	42,9
Indiferente	4,5	42,9
Outros (1)	27,3	-

FONTE: Pesquisa de campo do autor

(1) Verificar codificação do item "Outros" na Tabela 9.

De acordo com a tabela 8, é possível perceber que a maioria dos moradores do loteamento consideram "seguro" seu local de moradia. Dentro do contexto da questão, que procurava a opinião dos moradores entrevistados sobre a relação do local de moradia com as prisões, as respostas marcam uma tomada de posição que considera a proximidade das prisões um fator de segurança. Isso se deve ao fato de que supostamente há maior policiamento no local para vigia-las.

De acordo com essa lógica, acreditam que se eventualmente algum preso fugir, a Vila não é o local onde permanecem. "*Na Vila tem muita polícia. Quando os presos fogem, andam pela avenida e até pegam o ônibus"* (Moradora do loteamento, 39 anos, desempregada), ou ainda porque os presos *"fogem pelo mato, porque aqui* [na Vila] *é o primeiro lugar onde a polícia vem"* (Morador do loteamento, 39 anos, empregado).

Embora tais opiniões sejam regulares, com poucas diferenças entre os moradores do loteamento, é preciso não analisá-las em si, mas sim pelo sistema de posições e tomadas de posição que se construíram na configuração comunitária, ou seja, pela "análise da estrutura da própria comunidade como um aspecto [...] [de seu]

desenvolvimento, em outras palavras, a configuração da comunidade num dado momento" (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 67).

Já para os moradores da invasão, é preciso considerar que a proximidade com as instituições prisionais relacionada com a ilegalidade da moradia, marca de forma característica os processos de tentativas de desvinculação do estigma infligido pelos moradores do loteamento.

Diferentemente dos moradores do loteamento, que expressam um caráter de segurança em relação às prisões, os moradores da invasão expressam indiferença tendendo à insegurança em relação a presença das instituições. Embora seja possível perceber a relação de que *"preso que foge vai daqui pro mato, por que se ficar por aqui, se sair andando por aí, aí os guardas pegam logo"* (Moradora da invasão, 35 anos, dona-de-casa), por um lado, essa perspectiva demonstra que não é viável para os moradores da invasão contrapor uma provável segurança proporcionada pelo suposto policiamento relativo às instituições, uma vez que não haveria um contraponto dentro da própria configuração comunitária que explicasse a violência e a criminalidade encontrada no local. Não há, para eles, no processo a longo prazo da formação da configuração comunitária, um contraponto temporal de justificativa ou explicação, como é possível para os moradores do loteamento.

Verificando esse sistema de posições, é possível esclarecer a questão ao inferir os dados que mostram essas opiniões em comparação à situação de insegurança declarada pelos moradores do loteamento em relação ao seu local de moradia.

TABELA 9 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DE MORADIA E A PRESENÇA DAS PRISÕES, SEGUNDO OS MORADORES ENTREVISTADOS DO LOTEAMENTO (OUTROS) - 2003

MORADIA X PRISÕES - TOMADAS DE POSIÇÃO	MORADORES DO LOTEAMENTO (%)
Falta de policiamento na Vila	7,1
Bandidos, Drogados e Vagabundos	10,2
Violência na Vila	10,0
TOTAL	27,3

FONTE: Pesquisa de campo do autor

NOTA: Tabela construída sobre o número de moradores que relataram outras posições frente à presença das prisões na Vila Macedo.

A tabela 9 demonstra que as percepções estabelecidas quando por comparação à presença das prisões, tendem a apontar os problemas, segundo os moradores entrevistados do loteamento, que outros elementos trazem à Vila: a violência e a criminalidade, termos mais gerais expressos pelas opiniões, assim como termos particularizados como "drogados" e "vagabundos", trazem a tona outra parte da construção da percepção do local de moradia. Analisados isoladamente, estes dados seriam incoerentes. Os dados da tabela 10 sistematizam de forma mais detalhada as tomadas de posição dos moradores do loteamento e da invasão sobre "o que mais detestam na Vila Macedo".

TABELA 10 - "O QUE MAIS DETESTA NA VILA MACEDO", SEGUNDO OS MORADORES ENTREVISTADOS DO LOTEAMENTO E DA INVASÃO -2003.

O QUE MAIS DETESTA	MORADORES DO LOTEAMENTO (%)	MORADORES DA INVASÃO (%)
Violência e criminalidade	59,1	82,2
Infra-estrutura	13,6	-
Localização distante	9,1	-
Bandidos, Drogados e Vagabundos	22,7	17,8
Nada	4,5	-

FONTE: Pesquisa de campo do autor

Comparando de forma interdependente as tomadas de posição dos moradores do loteamento, estes fenômenos adquirem sentido. A perspectiva da crescente violência que permeia o local é assunto preponderante que, em princípio, nega o fenômeno anteriormente relatado em relação à segurança proporcionada pelas instituições prisionais. O que na realidade ocorre é que, através desse sistema classificador, que coloca as instituições e seus internos como "não-problema" em contraposição a uma situação cotidiana de violência, as opiniões desses moradores assumem caráter de acusação e estigmatização perante os moradores da invasão.

Por outro lado, para os moradores da invasão, há o reconhecimento da violência e da criminalidade como uma situação cotidiana. Assim, os moradores relatam que *"a segurança aqui é horrível, mas não é só aqui, é em todo lugar. Só que aqui, de uns tempos para cá, é um assassinato atrás do outro"* (Morador da invasão,

38 anos, empregado). Nesse sentido, relatam que os crimes ocorridos recentemente na Vila Macedo foram provavelmente cometidos por pessoas vindas de fora, ou seja, não foram cometidos pelos moradores da invasão, fato que revela uma posição que extrapola os limites da configuração comunitária. Apesar disso, há o reconhecimento de que existem "criminosos" que vivem no local: *"Já não chega os bandidos que tem aqui, ainda vem os de fora"* (Moradora da invasão, 36 anos, empregada).

Nesse sentido, é possível analisar que as tomadas de posição dos moradores do loteamento inserem-se na estrutura de posições ocupadas na configuração comunitária: como moradores do loteamento, a suposta segurança proporcionada pelas instituições, relatadas nas opiniões, justificam sua presença em contraposição ao seu potencial estigmatizante. E elaborando dessa forma uma relação com elas, convertem um processo de distinção que separa a "violência já contida" da "violência a ser contida", possibilitando-os atribuir uma causa à situação relatada de violência e criminalidade: a recente invasão.

Ao analisar um espaço de interações, ou mesmo um espaço relacional, que pode ser entendido como "o sistema de coordenadas que definem a situação dos seres, uns em relação aos outros, em um dado momento do tempo." (HEINICH, 2001, p. 101), torna-se possível perceber, tendo em análise elementos que compõe esse espaço social, como se constituem as tomadas de posição e como contribuem para construção da auto-imagem comunitária dos grupos envolvidos.

Retomando aspectos da análise, é no processo a longo prazo da sua formação que é possível analisar esses elementos: como visto no capítulo anterior, a Vila Macedo demorou a ser ocupada. Comparada à fotografia de 1985, a fotografia a seguir, realizada em 1998, mostra que a área loteada estava com sua ocupação praticamente completa. Porém, já haviam áreas ocupadas ilegalmente nessa região especificamente, que corresponde à parte mais externa do loteamento, fazendo fronteira com área da Colônia Penal Agrícola. Antes dessa situação se configurar,

FOTOGRAFIA 6 – VISTA DO LOTEAMENTO, COM A MAIORIA DOS LOTES OCUPADOS E COM A PRESENÇA DA INVASÃO – 1998

(Disponível somente na versão impressa)

]

FONTE: COMEC
A Vila Macedo, acima e à direita da foto, em 1998 já estava com os lotes regulares praticamente todos ocupados. A invasão surge à margem esquerda do loteamento,

ocupando também parte da borda inferior. A rua Florianópolis deixa de ser o limite esquerdo da Vila Macedo.

mesmo que existisse situações de criminalidade e violência em épocas anteriores, as instituições prisionais eram o elemento central com potencial estigmatizante em relação ao local de moradia com o qual os moradores do loteamento tinham que lidar.

Assim, há cerca de 10 anos, quando a Vila ainda se restringia ao loteamento, os moradores relatam que *"tudo era mais calmo por aqui, agora tá ficando mais violento, a gente tem mais medo de sair na rua depois das 7:00* [da noite])*... medo de ganhar uma bala perdida"* (Moradora do loteamento, 51 anos, dona-de-casa). Ou ainda que *"quando eu vim para cá não tinha segurança [referindo-se ao aparato policial] mas também não tinha bandido, não tinha ladrão, não tinha maconheiro, nada... Era tudo quieto, a gente nem ouvia falar dessas coisas... A gente podia sair... eu morava sozinho, saía e deixava a casa aberta, não tinha nem muro aqui. E a gente voltava e estava do mesmo jeito. Hoje em dia com tudo, com a gente em casa, com cachorro e arame farpado e tudo, mesmo assim não dá... Esses dias me pegaram e quase me mataram, fizeram uma limpa na minha casa, sofri muito na mão dos bandidos"* (Morador do loteamento, 47 anos, empregado).

TABELA 11 - POSIÇÃO DOS MORADORES ENTREVISTADOS DO LOTEAMENTO EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA VILA MACEDO - 2003

A QUE ATRIBUI O AUMENTO DA VIOLÊNCIA? (%)	
Falta de policiamento	54,5
Presença da invasão	68,2
Aumento da pobreza na Vila	54,5
Estado geral do país	36,4
Sempre foi assim	-

FONTE: Pesquisa de campo do autor

NOTA: A resposta da questão "A que atribui essa situação?" é múltipla; por isso a porcentagem de citações codificadas é superior a 100%.

Dados levantados anteriormente a esta pesquisa já indicavam o sentido que esses moradores davam à situação. Partindo dessas indicações, os dados atuais, sistematizados nesse trabalho, demonstram que todos os moradores entrevistados do loteamento relatam que a violência na Vila Macedo aumentou nos últimos dois anos. Dentre eles, como mostra a tabela 11, 54,5% declararam, de forma generalizada, que a

criminalidade e a violência na Vila Macedo aumentaram devido ao aumento da pobreza na Vila. Porém, associada a essa declaração mais geral, passam a 68,2% os entrevistados que atribuem nominalmente a situação atual de violência e criminalidade à chamada invasão.

Como indica o relato de uma moradora, que se estabeleceu na Vila há 8 anos, os assaltos, a baderna, a desordem, os assassinatos e as brigas de "gangues" não acontecem *"devido ao Educandário, que é ali perto. É por causa da classe baixa, sabe, ali perto tem favela e isso ocasiona diversos problemas"* (Moradora do loteamento, 29 anos, dona-de-casa). Nesse mesmo sentido, os moradores indicam que depois que a invasão ou "favela" estabeleceu-se na região é que *"virou uma bandidagem só, aí é roubo, é assalto e morte sempre''* (Morador do loteamento, 38 anos, desempregado).

Tendo em vista o processo de ocupação urbana, permeado pela periferização, a invasão surge como novo elemento no espaço social já constituído pelos moradores do loteamento. Mas não é um elemento qualquer, mas sim um elemento de conflito. Analisando essa situação pela perspectiva configuracional, verifica-se que

> Sejam quais forem as formas assumidas por essas rivalidades, elas não são subprodutos ocasionais, mas traços estruturais das figurações em que se encontram envolvidos. Tais figurações indicam, em meia a grande variação, determinados aspectos em comum. Um deles é o perigo em potencial que os grupos representam uns para os outros, e com isso o temor que têm uns dos outros. Nessa situação, a promoção da auto-estima coletiva fortalece a integração de um grupo, melhorando suas chances de sobrevivência (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 210)

Assim, os processos de estigmatização se configuram como instrumento de promoção da auto-estima do grupo, ou seja, uma construção socialmente positiva da auto-imagem social, dos moradores do loteamento. Outros dados relacionados à configuração comunitária comprovam essa perspectiva: o direcionamento das opiniões desse grupo de moradores indica que o aparato policial deslocado para atender as instituições prisionais, principalmente em situações de rebelião e fuga, deveria ser

convertido para o policiamento de toda região da Vila, e principalmente para invasão. Como indica o relato de um morador do loteamento: *"aqui quando tem rebelião também não tem perigo, aqui não atinge em nada, nada. Porque a polícia... aí a polícia atende. Pobre chama e a polícia não atende, e bandido a polícia atende. [...] Única coisa que tem que ter medo mesmo é dos bandidos que estão por aqui"* (Morador do loteamento, 45 anos, empregado).

Sobre o aparato policial, uma reportagem do jornal Gazeta do Povo (06/11/2000), intitulada *Detentos se revoltam e colocam fogo na Colônia Penal Agrícola,* ilustra a movimentação da PMPR em uma ocorrência de rebelião na Colônia Penal Agrícola:

> com a notícia da rebelião, imediatamente a PM se mobilizou, usando, além de parte do efetivo que estava na PCE [Penitenciária Central do Estado] (cerca de 20 homens), também 7 viaturas do Tático Móvel, outras 10 do Batalhão de Choque e ainda 6 da Ronda Ostensiva de Natureza Especial (RONE), que cercaram o local procurando impedir fugas. Mesmo assim, um grupo conseguiu escapar e estava sendo procurado no Jardim Panorâmico e também na Vila Macedo, onde a PM teria inclusive disparado tiros contra alguns evadidos (DETENTOS, 2000, p. 1).

Para os moradores do loteamento, o aparato policial deveria cumprir outra função: *"Nossa Senhora, aqui quando tem rebelião, passa uns 5 ou 6 carros da polícia a cada pouco, e repórter também. A polícia aqui na Vila é só para guardar bandido que já está preso, porque a população que paga imposto não tem os seus direitos [...], e cada vez tá pior, cada vez chegando mais bandido"* (Morador do loteamento, 42 anos, empregado).

Essas tomadas de posição expressas em opiniões como pontos de vista, estão fundamentadas na posição ocupada por esses moradores no sistema de posições da configuração comunitária. Nesse sentido, as opiniões desses moradores indicam que a polícia atende os que já estão presos, promovendo por um lado a "segurança" e apontando sua falha como elemento de manutenção da ordem, já que seu trabalho deveria ser estendido para Vila, com a principal intenção de coagir, prender e manter a

ordem que foi abalada com o desenvolvimento da invasão.

Como indica uma comerciante, quando há rebelião *"a gente pode até ficar mais cuidadoso, mas não adianta por que aqui na Vila é tudo ladrão, bandido e traficante, que mora aqui na parte de baixo da Vila. Antes de ter a invasão ali para baixo... não tinha bandido nenhum. No começo, a gente saía viajar por 15 dias e deixava a casa só encostada. Agora se deixar a garagem aberta, eles tiram bicicleta e o que tiver. Agora está uma falta de segurança! Foi essa invasão... e também tem lá o Guarituba... e a cada dia o pessoal mata... "* (Moradora do loteamento, 42 anos, empregada).

TABELA 12 - AVALIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, SEGUNDO OS MORADORES ENTREVISTADOS DO LOTEAMENTO - 2003

AVALIAÇÃO	MORADORES DO LOTEAMENTO (%)
ótima	-
boa	27,3
ruim	63,6
péssima	9,1

FONTE: Pesquisa de campo do autor

Nessa perspectiva, a Polícia Militar que, *"tá sempre aí para guardar os moleques* [referindo-se aos internos do Educandário São Francisco]*"* (Morador do loteamento, 56 anos, aposentado), foi avaliada em relação à sua atuação na região, como "ruim" ou "péssima" para maioria dos moradores do loteamento. Cerca de 68,2% indicaram já terem necessitado recorrer à polícia para resolver algum tipo de problema, porém expressam que a demora no atendimento é um fato de descrédito para a ação policial: *"mataram um ali em baixo esses dias, deram um tiro na perna e o cara se esvaiu em sangue. E a polícia para chegar aqui leva 2, 3 horas... e daí os bandidos já se esconderam"* (Morador do loteamento, 51 anos, empregado).

TABELA 13 - NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DA POLÍCIA MILITAR, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, SEGUNDO OS MORADORES ENTREVISTADOS DO LOTEAMENTO - 2003

NECESSIDADE DE ATENDIMENTO POLICIAL	MORADORES DO LOTEAMENTO (%)
Sim, e resolveu o problema	18,2
Sim, mas não resolveu o problema/chegou tarde	50,0
Não, porque não adianta	31,8
Não, porque nunca precisei	-

FONTE: Pesquisa de campo do autor

Nesse momento, é preciso retomar a questão subjacente à análise: que espécie de perigo a presença de um novo grupo de moradores, caracterizados por estabelecerem sua moradia em uma área de invasão, poderia trazer aos moradores do loteamento? Dentro da estrutura da configuração comunitária, o novo grupo de moradores foram acusados de abalar as estruturas de segurança supostamente existentes, principalmente em relação à violência e à criminalidade, que não eram relatadas anteriormente. Nesse sentido, foram abaladas as estruturas da construção relativas à auto-imagem do grupo uma vez que foram abaladas as estruturas da configuração comunitária. Isso não quer dizer que não existiam situações de violência e criminalidade no passado, mas com a invasão os moradores do loteamento indicaram os culpados.

Nesse processo, os mecanismos de estigmatização funcionam como armas sociais que demarcam fronteiras simbolicamente constituídas. Sendo assim, o termo “preconceito social”, que é concebido geralmente num plano mais individual, é retomado para uma concepção que leva em conta as figurações existentes entre grupos. De acordo com essa orientação, as relações de estigmatização encontradas entre os moradores do loteamento e da invasão estão em relação às características dos grupos, e não individuais. É nesse sentido que o preconceito social “só pode ser encontrado ao se considerar a figuração formada pelos dois (ou mais) grupos implicados ou, em outras palavras, a natureza de sua interdependência.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23).

Se de acordo com algumas variáveis como renda, educação, origem social e local de nascimento, os dois grupos de moradores podem ser considerados

homogêneos, um aspecto fundamental da análise é verificar como ocorreu esta segregação social entre eles. A chave para se compreender essa configuração baseia-se em um equilíbrio instável de poder: retomando a perspectiva sociológica de Elias, o poder não deve ser considerado em si, mas no equilíbrio em que se encontra a partir da interdependência entre pessoas e grupos de pessoas. Ou seja, Elias considera que o equilíbrio de poder é um elemento fundamental das relações humanas, sendo no mínimo bipolar (ELIAS, 1999, p. 80-81).

A concepção de equilíbrio instável de poder permite que o conceito de poder não seja utilizado como algo adquirido e então estático, assemelhando-se mais a um objeto do que uma espécie de força social. Assim, não é necessariamente do poder econômico ou da violência física que se está falando: o poder como algo estrutural das relações humanas pode caracterizar-se de diferentes maneiras de acordo com as relações que as pessoas realizam umas em direção às outras.

Estigmatizar ou rotular um grupo com valor humano inferior é um dos meios utilizados por grupos estabelecidos, ou que se consideram superiores por algum motivo, de manter sua posição nas disputas de poder, que no caso da configuração comunitária da Vila Macedo envolve a construção e manutenção da auto-estima dos grupos. Sendo o poder um atributo das relações sociais, as diferentes posições em que os agentes se encontram no espaço social os instituem com um certo poder, como no caso a posição dos moradores do loteamento no espaço social os capacita a estigmatizar os moradores da invasão : eles possuem mais poder social na estrutura configuracional constituída.

Um princípio importante dessa relação, que pode ser considerado um elemento geral em análises baseadas no modelo estabelecidos-*outsiders*, é a de que as características que o grupo estabelecido enxerga nos *outsiders* é formada de acordo com a minoria dos “piores”, a minoria anômica. Já os estabelecidos constróem sua auto-imagem de acordo com sua parte mais “nômica”, na sua minoria dos “melhores”.

Essas tomadas de posição permitem ao grupo estabelecido afirmar a “realidade” do que é “ruim” do outro grupo e do que é “bom” do seu próprio grupo. Dessa afirmação, é preciso perceber que a “discriminação não se apoia nas propriedades distintivas de cada um dos grupos em questão, mas no vínculo de oposição entre estes grupos” (HEINICH, 2001, p. 109).

Esse elemento auxilia na compreensão das tomadas de posição relativas aos grupos. Nessa linha de pensamento elas são consideradas, ao mesmo tempo, de forma relacional e interdependente. Pode-se então chegar a uma dimensão em que a auto-imagem grupal é referenciada através de tomadas de posição que marcam diferenças entre grupos, principalmente quando ameaçados em sua auto-imagem considerada “superior” ou “normal” em relação a uma “inferior” ou “anormal”.

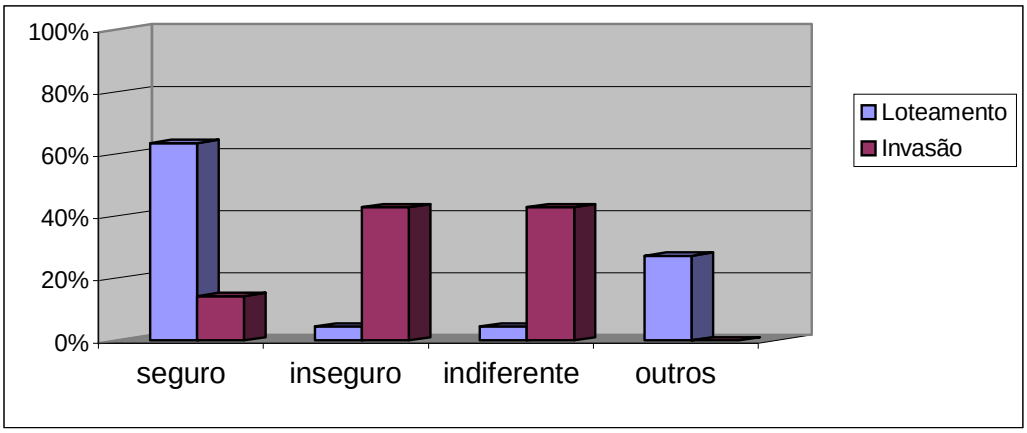
As palavras usadas como forma de estigmatização dependem das características e tradições de grupos particulares, ou de forma mais abrangente, da configuração social que participam. Mas esses termos, sejam eles quais forem, sempre atingem os *outsiders* pois são retirados de sua minoria dos “piores”. Mesmo os termos estigmatizantes em relação a “raça” ou aqueles que designam diferenças de “cor”, podem ser tratados como uma relação estabelecidos e *outsiders* ao considerar-se que as diferenças não existem em si. Assim estabelece-se o fato de um dos grupos “ser estabelecido, dotado de recursos superiores de poder, enquanto o outro é um grupo *outsider*, imensamente inferior em termos do seu diferencial de poder e contra o qual o grupo estabelecido pode cerrar fileiras.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 31).

Mas, se há um equilíbrio instável de poder, de onde provem o próprio poder? E como ocorre essa ligação com a construção da auto-imagem comunitária? Para responder essa questão, é preciso também verificar, no espaço das tomadas de posição, como se posicionam os moradores da invasão à configuração em que estão inseridos, já que o “poder”, seguindo as orientações de Elias, deve ser entendido como um atributo das relações sociais.

Como já demonstrado, a perspectiva de ocupação da Vila Macedo levou, por volta do ano de 1998, à formação de uma área de ocupação irregular no entorno mais periférico da área loteada regularmente. O que aparece teoricamente nas análises do espaço urbano - de que as dificuldades de acesso a terra e à moradia são fatores determinantes que levam inúmeras famílias a morarem em áreas irregulares - aparece na perspectiva dos moradores da invasão de forma bastante sintética : *"Não tínhamos a casa da gente, aí achamos a casa da gente aqui e viemos morar"* (Morador da invasão, 39 anos, empregado), o que culminou em um adensamento contínuo de domicílios, como pode ser verificado no mapa da página seguinte, construído pela COMEC (2002), que representa os domicílios na Vila Macedo e outras localidades.

A casa, a moradia urbana, é assunto fundamental se a questão envolve a busca dos fatos que constituíram a formação da invasão. Reafirmando a perspectiva encontrada, a invasão é uma área mais recente da Vila Macedo, em comparação com o loteamento, sem fronteiras físicas e cuja situação em relação às edificações e aos equipamentos de consumo coletivo são bastante semelhantes entre essas duas partes. Até mesmo os moradores aproximam-se pela situação sócio-econômica e outras variáveis, principalmente em relação à origem no meio rural, a busca constante de emprego e a peregrinação pela periferia de Curitiba até a fixação na Vila Macedo.

GRÁFICO 1: COMPARAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DE MORADORES EM RELAÇÃO A PRESENÇA DAS PRISÕES E O LOCAL DE MORADIA - 2003



FONTE: Pesquisa de campo do autor

NOTA: Porcentagem realizada a partir de codificação de questões abertas. A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido a respostas múltiplas.

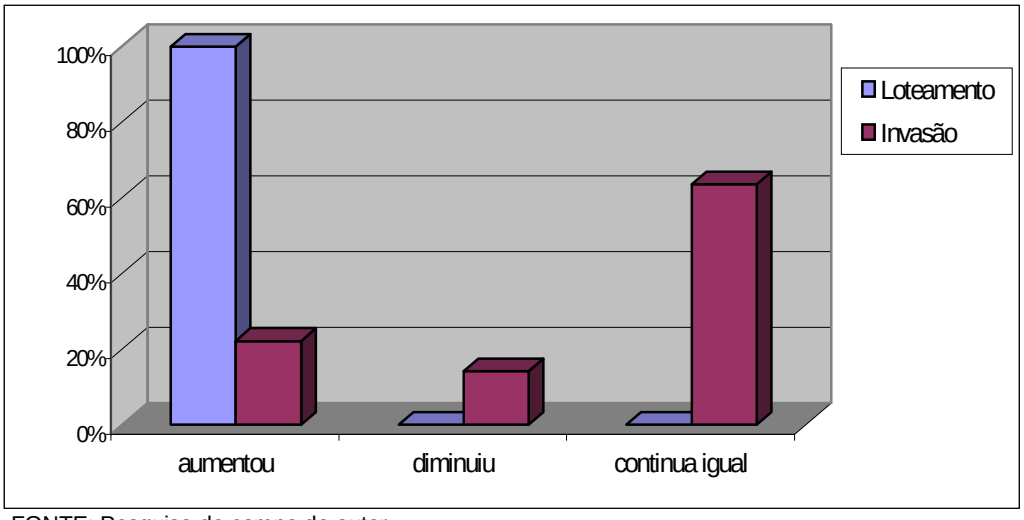
Em relação à tomada de posição dos moradores da invasão frente à situação de criminalidade e violência, a tabela 14 a seguir mostra que os moradores da invasão tendem a relatar que nos últimos anos a situação de violência e criminalidade não aumentou nem diminuiu, mas sim que “continua igual”, contrariamente ao que foi verificado na tabela 11 que demonstrou os dados referentes aos moradores do loteamento.

TABELA 14 - POSIÇÃO DOS MORADORES ENTREVISTADOS DA INVASÃO EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA VILA MACEDO - 2003

NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE:	MORADORES DA INVASÃO (%)
Aumentou	22,2
Diminuiu	14,3
Continua igual	63,5
A QUE ATRIBUI ESSA SITUAÇÃO?	
Aumento / diminuição da pobreza na Vila	-
Trabalho da polícia	-
Estado geral do país	71,4%
Sempre foi assim	28,6%

FONTE: Pesquisa de campo do autor

GRÁFICO 2 - COMPARAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DE MORADORES EM RELAÇÃO A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS - 2003



FONTE: Pesquisa de campo do autor

NOTA: Porcentagem realizada a partir de codificação de questões abertas. A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido a respostas múltiplas.

Por um lado, o fato de que o tempo de moradia desses moradores no local varia entre 1 e 3 anos, o que não permite uma referência ao passado da própria configuração comunitária, e por outro, por estarem diretamente vinculados a uma situação de ilegalidade, a perspectiva relatada em relação à posição em que se encontram na configuração comunitária, é de estabelecer uma certa neutralidade, cujo objetivo é desvincular-se do estigma relacionado a eles e ao seu local de moradia.

Outro fator relativo à desvinculação do estigma corresponde ao fato dos moradores da invasão defenderem que as primeiras pessoas que chegaram à área foram as que realmente invadiram e demarcaram os terrenos. Segundo eles, são estas pessoas, portanto, que deveriam ser chamadas de "invasores". Como indica o relato de um morador, *"quando tinha notícia que estava tendo uma invasão, chegava um monte de gente. Os mais gulosos pegaram vários lotes e depois venderam a quem chegava aqui precisando de um lugar para morar"* (Morador da invasão, 45 anos, desempregado).

Ou seja, ao longo do tempo, as primeiras pessoas que ali estiveram venderam os terrenos para outros, por preços abaixo do mercado imobiliário e sem documentação alguma. Nessa situação encontram-se a maioria dos atuais moradores: *"isso aqui é uma invasão, mas nós compramos de 'segunda mão'. Nós não invadimos, nós compramos direito"* (Moradora da invasão, 38 anos, dona-de-casa).

Defender a honestidade e procurar remeter a situação de criminalidade e violência a fatores externos ao local de moradia são tomadas de posição relativas à posição ocupada por estes moradores na configuração comunitária da Vila Macedo. Como relata uma dona de casa, moradora da invasão: *"uma vez o delegado chegou a querer entrar em minha casa a procura de objetos roubados. Fiquei indignada com a atitude; o que tenho aqui foi conseguido com muito suor; tudo aqui tem nota fiscal. Todos os meus três filhos trabalham e estudam. Aqui na minha casa não tem essa de vagabundagem não"* (Moradora da invasão, 58 anos, dona-de-casa).

Ao relembrarmos os relatos que os moradores do loteamento realizam em relação a invasão, percebe-se, de acordo com KOWARICK (2000, p. 48), que

> As camadas pobres, que conseguiram com muitos sacrifícios construir sua casa própria, com freqüência, olham a favela próxima como um antro de preguiçosos e vadios: invasores de terra alheia, contrastam com aqueles que compraram um pequeno lote, [...] e com o esforço de 10, 15 ou 20 anos edificaram uma moradia, que além de representar maior defesa contra as épocas de doença e desemprego, constitui segurança, nos momentos de velhice e [...] simboliza o sucesso de quem venceu na vida.

A análise torna-se mais clara ao se remeter ao fato de que um "grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsider* as características 'ruins' de sua porção 'pior' - de sua minoria anômica [ou seja, da minoria dos 'piores'] (ELIAS e SCOTSON (2000, p. 22-23; 75). Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mas 'nômico' ou normativo - na minoria de seus 'melhores' membros." Portanto, mesmo que os moradores da invasão e o seu local de moradia sejam socialmente semelhantes ao loteamento, existe um processo de estigmatização realizado por estes em direção aqueles. Esse processo baseia-se em uma minoria de pessoas, que são os criminosos que os moradores do loteamento dizem estar na invasão. Para estes moradores, a invasão é representada, como um todo, como o local onde estão os "vagabundos", "criminosos" e "traficantes". Já para os moradores da invasão a tendência à desvinculação do estigma é a de tomar posição de que a violência e a criminalidade são explicitadas em termos gerais.

Nesse sentido, o caráter totalizador do estigma ou dos processos de estigmatização, além de aplicar-se ao indivíduo ou a grupos tribais (GOFFMAN, 1975, p. 14), também se encontra em grupos que poderiam ser considerados homogêneos. Ou seja, o estigma baseado em uma minoria dos "piores" expande-se para toda posição da configuração comunitária a qual essa minoria pertence. Por outro lado, o caráter totalizador da imagem dos "outros" também se aplica à imagem daqueles que infligem o estigma, pois as considerações construídas da minoria dos "melhores" tendem a expandir-se para toda posição na configuração comunitária a qual pertencem.

A situação de moradia marca, para esses moradores, uma certa posição na configuração comunitária: posição hierarquicamente constituída de acordo com o equilíbrio instável de poder; que é consequentemente permeada por categorias de percepção e apreciação, expressas em opiniões. Soma-se a esse fato a construção de signos, que devido à freqüência com que podem ser acessados e transmitidos, tornam-se símbolos de prestígio ou de estigma (GOFFMAN, 1975, p. 55). Os símbolos de estigma, que se contrapõem aos símbolos de prestígio, são "especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução conseqüente [...] [na] valorização do indivíduo." (GOFFMAN, 1975 p. 53).

Mesmo aqueles moradores da invasão que procuram desconstruir a imagem de "invasor", ou seja, se desvincular do estigma atribuído, afirmando que adquiriram os terrenos por meios financeiros legais, são estigmatizados por estarem em um local que, em princípio, não lhes pertence. Ao retomar na análise a perspectiva do equilíbrio instável de poder, percebe-se que, nessa balança, esses moradores possuem menos poder que os moradores do loteamento: mesmo que lutem para mudar essa posição, não possuem poder suficiente para isso, não conseguem fazer mudar seu *status* de inferioridade na hierarquia da comunidade (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 82-83).

Essa configuração pode ser considerada com maior abrangência: aqueles que são atacados não conseguem revidar pois, mesmo que a depreciação não se aplique individualmente a cada morador, eles estão diretamente ligados com o grupo que é estigmatizado devido à ilegalidade da moradia, não possuem capital simbólico como álibi social. Assim, tanto a depreciação como a incapacidade de revidar fazem parte do "aparato social com que os grupos [que se consideram] socialmente dominantes e superiores mantêm sua dominação e superioridade em relação aos [que consideram] socialmente inferiores." (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 131)

Como indicam alguns relatos: "*ninguém aqui conseguiu legalizar os*

terrenos. Tinham que localizar o local, com escritura e terreno legalizado" (Morador da invasão, 44 anos, empregado). *"Há muitos anos não se paga imposto pelo terreno; e sabe, quem deve legalizar a situação é a prefeitura, mas ninguém vai atrás"* (Moradora da invasão, 40 anos, empregada). Entretanto, é preciso considerar também que, uma vez que morar em uma invasão representa uma condição discriminatória de moradia, é possível afirmar que esses locais, assim como as favelas e os cortiços, podem ser considerados núcleos de ampliação e dinamização de percepções de caráter mais coletivo (KOWARICK, 2000, p. 92-93), ou seja, como construção simbólica de estigma.

Mais uma vez, tais moradores não conseguem escapar da classificação de "inferiores" porque não possuem poder para evitar tal situação. As crenças, os padrões e a classificação de que os moradores do loteamento participam, possuem maior peso pois são instituídas de maior poder simbólico, que é construído pela detenção de uma moradia legalizada, um símbolo de prestígio, em contraposição a moradia ilegal/irregular, símbolo de estigma correspondente da invasão.

Essa relação pode tornar-se mais clara ao retomar teoricamente os conceitos de configuração e de interdependência, em Elias, comparativamente aos conceitos de campo e *habitus* em Bourdieu. Seguindo a perspectiva de Bourdieu, é possível caracterizar a "sociedade" como um espaço social composto por campos relativamente autônomos, o que permite estabelecer as posições relativas e relacionais dos agentes, hierarquicamente diferentes e dispostos nos espaços sociais. Se Elias estuda os processos sociais nas configurações, é possível guiar-se também pela análise do processo de formação dos campos e seu estado em um determinado momento, bem como nas suas possíveis transformações ao longo do tempo, propostas por Bourdieu.

Embora o conceito de *habitus* possua particularidades e aplicações dentro de um corpo teórico específico, é possível destacar a perspectiva de "ação" que o conceito fornece, ou seja, o conjunto das ações dos agentes na inter-relação entre campos e em

um campo específico:

> principio unificador y generador de las prácticas , es decir, al *habitus* de clase como forma incorporada de la condición de clase y de los condicionamientos que esta condición impone; por conseguiente, hay que construir la clase objetiva como conjunto de agentes que se encuentran situados en unas condiciones de existencia homegéneas que imponen unos condicionamientos homogéneos y producen unos sistemas de disposiciones homogéneas, apropiadas para engendrar unas prácticas semejantes, y que possen un conjunto de propiedades comunes, propiedades objetivadas, a veces garantizadas jurídicamente (como la posesión de bienes o de poderes) o incorporadas, como los habitus de clase (y, en particular, los sistemas de esquemas clasificadores). (BOURDIEU, 2000b, p. 99-100)

Alguns pontos de convergência entre a concepção de espaço social e campo de Bourdieu e o conceito de configuração social de Elias, explicita a verificação de uma configuração comunitária como a Vila Macedo também como um espaço social, no sentido em que é o "lugar" por excelência das relações entre os agentes. A inter-relação entre os agentes no espaço social, considerando-os em posições relativas, e a formação dos *habitus* como parte dos esquemas classificadores, remete a noção de interdependência de Elias também ao aspecto do espaço das tomadas de posição na configuração comunitária.

Confirmando assim a perspectiva de Bourdieu ao enfatizar o espaço social pela relação entre espaços e posições hierarquizadas, verifica-se que as tomadas de posição percebidas entre os grupos de moradores seguem os interesses específicos de cada grupo, como estigmatizar para reforçar a auto-estima de um grupo, ou por outro lado tentar desvincular-se do estigma que a situação irregular de moradia acarreta. O espaço social como espaço de lutas concorrenciais simbólicas entre os agentes, destaca a variação do capital simbólico adquirido e acumulado como elemento essencial dessas lutas, consideradas como a imposição de uma definição do mundo social conforme os interesses dos agentes, vistos em suas inserções como classes ou frações de classe (BOURDIEU, 2002, p. 11). É justamente a variação do peso e do volume dos diferentes tipos de capital (social, econômico, cultural, simbólico) que define a variação de poder nas lutas concorrenciais simbólicas.

Assim, no caso da configuração comunitária da Vila Macedo, os processos de estigmatização de um grupo de moradores perante o outro e as tentativas de desvinculação desse estigma mostra que o que está em jogo nas lutas concorrenciais simbólicas são, então, a própria representação do mundo social, bem como a hierarquia particular de cada campo e entre campos no espaço social (BOURDIEU, 2002, p. 133), o que também pode-se designar como operações de classificação (BOURDIEU, 2000, p. 222).

Se Elias enfatiza as configurações sociais e os problemas específicos que levantam no processo de seu desenvolvimento, os quais geralmente relacionam-se ao mesmo sentido das lutas concorrências simbólicas designadas por Bourdieu, é preciso analisar que o "equilíbrio instável de poder" ou "equilíbrio de tensões", é uma das chaves da compreensão das configurações, no sentido em que explicita o funcionamento das operações de classificação ou tomadas de posição.

Já os diferentes tipos de capital designados por Bourdieu, podem ser lidos como formas de poder que assumem especificidades nos campos. O volume dos diferentes tipos de capital acumulados pelos agentes e o peso que tal ou qual capital assume em cada campo, são importantes variáveis para determinar a posição dos agentes no campo e do campo no espaço social; e a variação da posição é também uma variação de poder. Nesse sentido, é preciso direcionar a análise para explicitar os elementos envolvidos na configuração comunitária da Vila Macedo que funcionam como um tipo de capital que influenciam de forma marcante no equilíbrio instável de poder e, consequentemente, nas posições e tomadas de posição dos grupos de moradores.

Nesse sentido, se a moradia é o elemento central nessa relação, é preciso explicitar como ele funciona nessa configuração comunitária como elemento distintivo, ou seja, como se converte em capital simbólico que influencia as posições dos indivíduos na configuração. Este é o objetivo do capítulo seguinte.

5 A CASA COMO CAPITAL SIMBÓLICO NA CONFIGURAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA MACEDO

O chamado “aspecto simbólico” há muito é um elemento privilegiado para análise das relações sociais e das diferentes formas culturais. Isso não quer dizer que as ciências sociais assumiram uma posição “culturalista”, pois corre-se o risco de, ao afirmar que esta é a sua única acepção, tratar a “cultura” simplesmente como contexto, pano de fundo de relações que envolvem os outros fenômenos sociais.

A perspectiva dos bens simbólicos aparece de forma diferenciada em autores como Norbert Elias e Pierre Bourdieu, porém nem sempre ligada ao termo “cultura”. A moradia, neste aspecto, pode ser considerada um bem simbólico cujos atributos variam conforme a configuração social considerada, como numa configuração comunitária. Ambos os autores procuram demonstrar como o consumo está relacionado às estruturas sociais concebidas não pelo seu determinismo, mas pela sua dinâmica. Pode-se mesmo caracterizar o “consumo da habitação”, evidenciando seus aspectos como um bem simbólico distintivo na hierarquia social da configuração comunitária da Vila Macedo.

Se elevássemos a problemática de análise a um patamar macrosocial, teríamos uma questão mais geral: quais os atributos simbólicos da moradia, e que formas estes atributos assumem para os brasileiros? Para além de madeira, cimento, telhas e tijolos, ou da edificação material mesma, a casa possui significados sociais. A compra da casa, o consumo da habitação, é permeado não apenas por situações financeiras, mas também por aspectos simbólicos que lhe fornecem sentido. Por certo aquela é uma questão impossível de responder em um trabalho como este - e mesmo com um grande empreendimento de pesquisa talvez não fosse possível apreender a variedade destes atributos.

5.1 A CASA E OS ATRIBUTOS SIMBÓLICOS DE DISTINÇÃO

5.1.1 Perspectiva teórica da distinção: Elias e Bourdieu

Retomar a discussão teórica de forma comparativa pode auxiliar no delineamento do problema proposto no início deste trabalho. Elias nos fornece uma perspectiva dos atributos simbólicos da casa ao analisar as estruturas das habitações da sociedade de corte - na França de Luís XIV, no século XVIII - como expressões das relações sociais. Mostra que é possível compreender, através das formas de habitação, as relações sociais entre indivíduos de uma certa configuração. É nesse sentido que as unidades sociais são inter-relações de uma configuração social e uma configuração espacial, envolvendo o processo do tempo e a conformação do espaço.

Se a noção de interdependência indica a existência de laços entre as pessoas e os vínculos entre elas, podendo ser de trabalho, de instintos, afetos, desafetos ou propriedade (ELIAS, 1994c, p. 22), bem como variam os vínculos, entre tantos outros possíveis, essa interdependência é “a expressão de uma unidade social no espaço, o tipo de sua configuração espacial é uma representação tangível e - literalmente - visível de suas particularidades [ou seja, de suas interdependências].” (ELIAS, 2001a, p. 67). Aqui é possível enxergar uma primeira aproximação para análise entre a moradia como bem simbólico relacional, tanto no espaço social como no espaço físico.

Um exemplo trazido por Elias, na análise da sociedade de corte, é o da existência de um grande número de serviçais que se relacionavam diretamente com os nobres. As habitações destes nobres expressavam a relação específica com estes *domestiques*; por exemplo: a existência de antecâmaras em frente aos diversos ambientes das habitações dos nobres, onde os serviçais aguardavam pela ordem dos seus senhores, expressa uma relação de distanciamento social e proximidade espacial.

Para os nobres, estes serviçais eram gente inferior, e a própria estrutura da habitação é uma expressão "*dessa simultaneidade de constante aproximação espacial e constante distanciamento social, de contato íntimo num nível* [espacial] *e distanciamento rígido no outro* [social]." (ELIAS, 2001a, p. 71).

Este distanciamento social interdependente, que tem uma de suas expressões na configuração espacial e na estrutura das habitações, é fundamentalmente marcado pela etiqueta, pelo cerimonial e pelo prestígio devido ao *ethos* cortesão, compreendido como uma conduta específica.[19] Elias mostra que é possível entender este consumo de acordo com as relações de interdependência entre os indivíduos, em seu sentido de coerções sociais, valores simbólicos e equilíbrio instável de poder nas hierarquias sociais, e não simplesmente por um consumo que é realizado com intenção de visibilidade.

É possível notarmos que Elias chamava atenção para verificar que em diferentes sociedades, há nas manifestações pessoais, desde as mais discretas até as mais visíveis, um "valor [intrínseco] socialmente representativo" (ELIAS, 2001a, p. 75). Este valor não é constituído por si mesmo, mas é um atributo das relações sociais, ou seja, há um valor atribuído socialmente, portanto simbólico e relacional.

Assim, "os esforços em busca de prestígio e ostentação por parte das camadas mais altas constituem uma coerção da qual não se pode fugir. Trata-se de um instrumento indispensável à auto-afirmação [auto-imagem] social, especialmente quando - como é o caso da sociedade de corte - todos os participantes estão envolvidos numa batalha ou competição por status e prestígio." (ELIAS, 2001a, p. 83). Na sociedade de corte, por exemplo, a casa de um nobre não era simples ostentação, mas sim expressão da sua posição social relacional; assim como o era o maior ou menor

[19] Justamente em relação ao consumo isso torna-se evidente: ao tratar do "luxo" na sociedade de corte, Elias apresenta uma visão diferente do consumo conspícuo ou ostentatório denominado por Veblen, que enfatiza a posse material na busca da distinção.

número de serviçais que o servia.

Nesse sentido, Elias fala em *ethos* específicos dos grupos sociais em referência ao consumo, descrevendo-o como um sentido de conduta, uma ética de ação. Este *ethos* é a expressão prática de um *habitus*, este que é entendido por Elias pela relação ao que é socialmente adquirido, ou a composição social do indivíduo, e também relacionada à auto-imagem do grupo social como estrutura da sua personalidade, que o identifica e identifica os outros, seja pela semelhança ou pela diferença, em uma configuração específica.

As despesas financeiras são símbolo de status, da posição de maior ou menor prestígio no espaço social. A nobreza de corte estava em primeiro plano na hierarquia social, e para manter-se assim realizava inúmeros esforços: este *ethos* de corte, ao que se soma ainda a etiqueta e o cerimonial, são elementos essenciais de distinção; do estabelecimento de fronteiras sociais.[20]

Segundo ELIAS (2001a, p. 90), é possível visualizar uma espécie de herança social nas sociedades contemporâneas, principalmente no âmbito da pressão social para o consumo em função da posição social, da concorrência por status e apropriação de bens relativamente caros e raros. Consequentemente as coerções estruturais assumem características diferentes: comparativamente, na sociedade de corte havia maior coerção social para o consumo em função do prestígio e de status pois estas práticas não eram apenas uma demarcação de posição, mas evidenciavam que a própria existência social e política dos indivíduos é que estava em jogo; já nas sociedades industriais estas coerções são mais flexíveis e passam a conformar formas de distinção que seriam antes sócio-culturais - tanto de distinção como de identificação

[20] Elias fornece um exemplo histórico desse *ethos* de corte: certa vez um importante duque dá ao seu filho uma bolsa cheia de dinheiro para que ele aprenda a gastar como um grande nobre; depois de algum tempo o jovem traz o dinheiro de volta, diante da situação o pai atira a bolsa pela janela diante do filho (ELIAS, 2001, p. 86), mostrando que a sua posição é antes garantida por um capital simbólico do que por um capital econômico.

social - deixando em segundo plano coerções de cunho político, embora haja influência de umas nas outras. Nesse sentido, os processos de estigmatização do grupo de moradores do loteamento contra o grupo de moradores da invasão podem ser analisados como distinção sócio-cultural, de construção da identidade social e de relações de poder.

A perspectiva da distinção social é retomada por Bourdieu, autor que segundo CAMPBELL (1995, p. 104), assume perspectiva teórica e pesquisas empíricas que mostram a centralidade da prática do consumo na criação e manutenção de relações sociais de dominação e submissão, dando ênfase na posse, pelos agentes, de capital simbólico (econômico, cultural e social) e a forma como esta posse está relacionada ao gosto. Se pensarmos na análise da sociedade de corte realizada por Elias, percebemos que os elementos constitutivos do *ethos* de corte (da etiqueta ao consumo de prestígio), como expressão prática de um *habitus*, podem também ser analisados como formas de capital simbólico que definem e expressam o gosto dos cortesãos e que por sua vez marcam um estilo de vida de corte.

Bourdieu conceitua a categoria de *habitus* da seguinte forma:

> sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio da geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro. (BOURDIEU[21], citado por, MICELI, 2001, p. XL)

É possível perceber que Bourdieu, através da concepção de *habitus*, enfatiza a discussão de Elias, mostrando a importância das construções sociais estruturadas e estruturantes para se compreender as práticas sociais. O consumo, como uma dessas

---

[21] BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Genebra: Droz, 1972. p. 174.

práticas, é marcado pelos aspectos simbólicos cujas referências estão na própria relação entre a estrutura social, o processo de incorporação dessa estrutura pelos agentes e a ação dos agentes no espaço social. É importante ressaltar que para Bourdieu o *habitus* constitui-se como elementos comuns que "funcionam como categorias de percepção e de apreciação que estruturam a percepção e a apreciação" (BOURDIEU, 2002, p. 231); como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações, que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas, sem que por isso sejam o produto da vontade deliberativa dos indivíduos ou ainda da obediência de regras escritas. Ou seja, as práticas dos agentes são resultado de uma relação entre seu *habitus* e uma situação específica.

O *habitus*, tanto em Elias como em Bourdieu, é evidenciado primeiramente por uma incorporação individual do que é socialmente construído e legitimado, o que remete tanto à liberdade como aos limites dos agentes em suas ações e práticas - realizadas e que têm possibilidade de realizar - em uma situação social particular. Além disso, em ambos os autores, o *habitus* remete ao caráter ativo da aprendizagem, fato que difere do biologicamente constituído e do passivamente adquirido.

5.2 RETOMANDO A QUESTÃO

As perspectivas apresentadas até aqui, tanto pelas concepções de Elias como de Bourdieu, permitem reavaliar a questão da moradia na configuração social da Vila Macedo: se nos perguntamos quais os atributos simbólicos contemporâneos da habitação, nota-se que é preciso remeter esses atributos a uma certa estrutura social e relacioná-los ainda à inter-relação entre *habitus* e prática evidenciada nas tomadas de posição.

Contemporaneamente, por exemplo, o *habitus* que se expressa e torna-se particular pelas/nas categorias sócio-profissionais, fornece disposições para práticas distintas - e de distinção - que têm na prática do consumo a exteriorização da

interioridade. “Em sociedades modernas e democráticas, onde não há superioridade de sangue nem títulos de nobreza [que como vimos com Elias não se sustentam por si só, mas sim pela relação entre um *habitus* e um *ethos* de consumo diferenciado], o consumo se torna uma área fundamental para instaurar e comunicar as diferenças.” (CANCLINI, 1998, p. 36). A principal diferença entre as formas de status e prestígio na configuração de corte para a contemporânea, é que nesta as coerções sociais e o modo como os indivíduos de forma interdependente se relacionam apresentam-se essencialmente na esfera do trabalho, o que afeta (in)diretamente sua vida particular. Assim, Elias também já reconhecia que

> tudo o que se refere à esfera do comportamento privado, seja no caso da habitação, das relações entre os sexos ou do gosto artístico, seja no caso da comida ou da maneira de celebrar festas, não recebe mais sua conformação decisiva de um modo imediato e autônomo como antes [na sociedade de corte], no próprio convívio social entre as pessoas, mas sim de um modo indireto e heterônomo, em função de interesses e condições profissionais. (ELIAS, 2001a, p. 131).

Note-se que Bourdieu, em *La distinción* (BOURDIEU, 2000) dá destaque às categorias sócio-profissionais, entendidas não somente pela estrutura ocupacional e econômica, mas essencialmente pela composição de capital cultural e social na composição do gosto e dos estilos de vida. Assim, não se pode entender esse processo social conflituoso simplesmente por diferenças de capital econômico relativas ao trabalho, o que comprova a inutilidade do perfil sócio-econômico dos grupos de moradores do loteamento e da invasão para este fim.

TABELA 15 - TOMADAS DE POSIÇÃO DOS GRUPOS DE MORADORES DA VILA MACEDO EM RELAÇÃO AOS ITENS QUE CONSIDERAM MAIS IMPORTANTES EM SUAS VIDAS - 2003

MAIS IMPORTANTE	LOTEAMENTO (%)	INVASÃO (%)
Primeiro lugar	Estar empregado 52,0	Ter casa própria 49,0
Segundo lugar	Ter casa própria 31,0	Estar empregado 35,0
Terceiro lugar	Ter saúde 17,0	Ter saúde 16,0

FONTE: Pesquisa de campo do autor.
NOTA: De acordo com a questão, os entrevistados deveriam ordenar, do primeiro ao terceiro lugar, o que consideravam mais importante em suas vidas.

A constatação de que os moradores do loteamento, como mostra a tabela 15,

consideram em nível de importância “estar empregado” em primeiro lugar, demonstra não apenas uma necessidade financeira, mas também a prática da honestidade cuja expressão se realiza em “ter casa própria”. Honestidade como valor incorporado e defendido; diferenciador daqueles considerados “vagabundos e ladrões”. A casa legalizada, bem raro e de peso elevado na hierarquia dos bens simbólicos, possui alto valor demonstrativo de boa conduta; marca e legitima uma posição social também elevada na configuração social da Vila Macedo.

Nesse sentido, a casa própria como expressão da honestidade do trabalho entra em conflito com a moradia irregular, cujo sistema de posições define como desonesta e cujas conseqüências extravasam em violência e criminalidade. Nessa perspectiva, os moradores da invasão tendem a considerar em primeiro lugar “ter casa própria” como mais importante, sempre defendendo como meio de atingir este objetivo “estar empregado”. Isso demonstra que, no sistema de posições, o fato de “ser trabalhador” torna-se legitimado, nesse caso, somente quando expresso por um bem simbólico, que é a casa própria legalizada. Ou seja, a moradia irregular é marca desabonadora da conduta honesta, símbolo de estigma que soma pontos negativos nas posições da hierarquia da configuração social da Vila Macedo.

Nesse sentido, a moradia como capital simbólico demonstra

> as relações entre as posições ocupadas nas distribuições dos recursos que são ou podem se tornar operantes, eficientes, a exemplo dos trunfos em um jogo, na concorrência pela apropriação dos bens raros que têm lugar nesse universo social. Esses poderes sociais fundamentais são [...] o capital econômico, em suas diferentes formas, e o capital cultural, além do capital simbólico, forma de que se revestem as diferentes espécies de capital quando percebidas e reconhecidas como legítimas. Assim, os agentes estão distribuídos no espaço social global, na primeira dimensão de acordo com o volume global de capital que eles possuem sob diferentes espécies, e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital [...] no volume total de seu capital (BOURDIEU, 1990, p. 154)

Elias já apontava como a composição do *habitus* dos cortesãos os impelia para a luta pela apropriação de bens simbólicos relativamente raros, mas reconhecidos por todos. Bourdieu retoma essa questão colocando em relação o capital simbólico, a

raridade dos bens e o seu reconhecimento legítimo. É nesse sentido que a moradia assume características distintivas variáveis nas configurações sociais, pelas particularidades de suas interdependências, pelo seu delineamento simbólico a longo prazo e pela sua expressão no espaço físico.

Freqüentemente pensamos em termos de "localização" tendo em primeiro plano valores espaciais, como a distância por exemplo. Porém, a moradia como expressão social no espaço segue os mesmos esquemas distintivos de outros elementos de consumo: a raridade. Como afirma CANCLINI (1997, p. 56),

> Há uma coerência entre os lugares onde os membros de uma classe se alimentam, estudam, habitam, passam as férias, naquilo que lêem e desfrutam, em como se informam e no que transmitem aos outros. [...] A lógica que rege a apropriação dos bens enquanto objetos de distinção não é a da satisfação de necessidades, mas sim a da escassez desses bens e da impossibilidade de que outros os possuam.

Quando percebemos a divisão das cidades em centro, áreas habitacionais valorizadas e periferia, parece haver uma ordem natural de distinção e distanciamento dos seus moradores. Ou seja, tendemos a atribuir como natural o fato de que os estratos médios e altos da sociedade procurem áreas valorizadas para habitar, enquanto isso é quase impossível para os estratos mais pobres. Esquecemo-nos freqüentemente que as áreas valorizadas das cidades são áreas simbolicamente valorizadas, seja por fatores tradicionais, por belezas naturais ou históricas.[22] Embora fatores econômicos permitam ou não a compra de um espaço valorizado, não se pode deixar de lado a relação *habitus*/gosto/estilo de vida, num processo de tradução e retradução das condições sócio-econômicas (BOURDIEU, 1983, p. 83) que direcionam os estratos

[22] Nota-se que essas atribuições variam de acordo com configurações particulares, ou mesmo pelas diferentes formas como se estruturam os espaços sociais: por exemplo, enquanto em algumas cidades dos Estados Unidos da América as áreas periféricas ou os chamados subúrbios são valorizados pelos estratos médios e altos, as áreas centrais são desvalorizadas e relegadas à população dos estratos mais baixos. Já no Brasil, são as áreas centrais, geralmente, as mais valorizadas socialmente, enquanto as periferias, e mesmo as Regiões Metropolitanas, possuem atributos negativos, geralmente pela designação de local onde vive a classe baixa, quase sinônimo de "classe perigosa".

médios e altos para estes locais. Isso porque, o gosto é antes um conjunto de categorias de apreciação e de práticas distintivas geradas pelo *habitus*, sendo o estilo de vida o conjunto de preferências distintivas ligadas ao gosto, consequentemente referente ao *habitus*.

Isso torna-se mais claro em uma comparação entre espaço social e espaço físico. Afirma BOURDIEU (1990, p. 153), que "este espaço é construído de tal maneira que, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum; quanto mais afastados, menos propriedades em comum eles terão. As distâncias espaciais [...] coincidem com as distâncias sociais." Ou seja, ao falar em segregação através de processos de distinção, mostra que pessoas que estão próximas no espaço social - que compartilham *habitus* semelhantes e capital, em suas diferentes formas, mais ou menos equivalentes - tendem a encontrar-se próximas no espaço físico.

Ou seja, as diferenças associadas ao espaço físico - como a oposição centro e periferia - são efeitos da distância no espaço social, que de forma inter-relacionada, indica por sua vez a distribuição desigual das diferentes formas de capital no espaço físico (BOURDIEU, 2002, p. 138). A moradia é o elemento simbólico principal desses fatores de distribuição. Nesse sentido, a interação entre pessoas afastadas no espaço social - como os *domestiques* e os nobres analisados por Elias ou os empregados dos condomínios da classe média e os moradores destes condomínios - levam-nos a refletir que "o visível, o que é dado imediatamente, esconde o invisível que o determina. Assim, esquece-se de que a verdade da interação nunca está inteira na interação tal como esta se oferece à observação" (BOURDIEU, 1990, p. 154).

O espaço físico, nessa concepção, é o espaço social reificado. Ou seja, o processo a longo prazo de sua constituição e a forma como se apresentam suas interdependências. O espaço habitado é uma simbolização do espaço social: tanto a apropriação e a distribuição de bens ou serviços como a própria distribuição dos

agentes nesse espaço, depende das diferentes formas de capital, distribuídas de forma heterogênea, que conformam os *habitus* e que por sua vez conformam o espaço; e é justamente na relação entre a distribuição dos agentes e dos bens simbólicos no espaço que se definem os diferentes valores das diferentes regiões do espaço social reificado (BOURDIEU, 2003, p. 160-161).[23]

É justamente nesse sentido que Bourdieu avança na análise das relações entre espaço social e espaço físico. Há uma relação interdependente entre diferentes espaços sociais fisicamente objetivados, evidenciada pela concentração de bens raros e de seus proprietários em certos lugares em relação aos lugares que agrupam os mais carentes (BOURDIEU, 2003, p. 161).

Esta perspectiva remete a analisar que

> a posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado (aquele do qual se diz que está 'sem eira nem beira' ou 'sem residência fixa', que não tem -quase- existência social), e pela posição relativa que suas localizações temporárias (por exemplo os lugares de honra, os lugares regulados pelo protocolo) e sobretudo permanentes (endereço privado e endereço profissional) ocupam em relação às localizações de outros agentes; ela se exprime também no lugar que ocupa no espaço através de suas propriedades (casas, apartamentos ou salas [...]) que são mais ou menos embaraçosos ou, como se diz às vezes, 'space consuming' (o consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência de ostentação do poder). (BOURDIEU, 2003, p. 160-161)

Há desde aspectos simbólicos mais gerais do espaço social, como aspectos particularizados em configurações mais específicas, aspectos dos quais é possível aqui apenas exemplificar. Entre os aspectos simbólicos mais amplos, estão os culturais nacionais relacionados à família e às relações sexuais:

---

[23] É possível perceber que, na sociedade de corte estudada por Elias, essa dimensão espacial estava subordinada à edificação da habitação. Muito ligados à origem rural, os cortesãos geralmente mantinham palácios no campo mesmo quando estabeleciam-se nas cidades em grandes habitações, chamados "*grands hôtels*" ou "*palais*" (ELIAS, 2001, p. 68), ou quando fixavam-se no palácio de Versailles, residência oficial do rei que podia abrigar milhares de nobres. As relações hierárquicas eram expressas pela construção das habitações e pelo consumo de prestígio nela despendidos, como na arquitetura e na decoração.

> A casa do brasileiro rústico está, quase sempre, associada a um ideal monogâmico de casal que repele a presença de terceiro. [...]. Assim, a casa de cabloco só seria perfeita quando idilicamente morada de um casal: '...dois é bom três é demais'. [...] E se 'quem casa, quer casa' – outra expressão folclórica – é que, para esse tipo de brasileiro, casamento e casa são instituições que se completam. Sem casa não há casamento sólido: só aventura com risco de logo dissolver-se. (FREYRE, 1979, p. 114, 116)

Ao pensarmos atualmente, a título de exemplo muito geral, nas formas de habitação dos diferentes estratos sociais em relação à sua edificação, verificamos que existem diferenças que particularizam o espaço social pois são estruturadas como signos de distinção. Para os estratos médios e altos, a presença de um banheiro ou cômodo para empregados, a existência dos elevadores de serviço, dos vestiários, são expressão de distanciamento social e proximidade espacial. A presença de um cômodo destinado a "escritório", por exemplo, mostra a importância da posição profissional, ou melhor, do peso do capital cultural e simbólico na definição das hierarquias no espaço social e do *habitus* na preferência por estes espaços.[24]

Um cômodo como a sala-de-estar nas habitações dos estratos médios e altos é exemplar por ser basicamente um cômodo de recepção. É interessante perceber que na sociedade de corte francesa do século XVIII, as salas de recepção possuíam atributos fundamentais pois era através delas que os grandes senhores e damas inseriam-se na sociedade, sendo a localização do "centro de gravidade das suas existências" (ELIAS, 2001, p. 73). Mesmo que nas sociedades industriais contemporâneas essa forma de sociabilidade não seja o centro da existência social, a sala-de-estar é destinada à recepção de indivíduos considerados socialmente importantes, ou ainda em ocasiões que exigem demonstração distintiva pois marcam a posição dos proprietários da casa no espaço social. É também, nesse mesmo sentido, o

---

[24] Outro exemplo dessa relação, porém enfatizando os sentidos da pós-modernidade, é o processo de *gentrification* que consiste tecnicamente em restaurar e revalorizar áreas urbanas deterioradas, expulsando os moradores de baixa renda e direcionando o espaço renovado para ocupação de membros das classes médias, especialmente intermediários culturais, transformando-as em áreas nobres, de acordo com FEATHERSTONE (1995).

lugar onde se expõem objetos classificadores e distintivos, como móveis, quadros, prataria, cristais e bebidas.

Já para os estratos baixos, particularmente no caso brasileiro, a sala, quando há, assume outra acepção, não existindo geralmente a sala-de-estar. A sala serve tanto à família, pela reunião em volta da televisão, por exemplo, quanto à recepções formais e cerimoniais, indicativo também de distinção. Porém, estudos como de CALDEIRA (1984) e MACEDO (1979) mostram que é na cozinha que se dá o centro da sociabilidade, desde as visitas corriqueiras até as festas como casamentos e aniversários: "o centro de reunião é na cozinha, e a sala só fica totalmente cheia na hora de cortar o bolo, quando este não está na cozinha." (CALDEIRA, 1984, p. 110).[25]

Essa conformação social dos cômodos, e da própria casa, relacional aos estratos sociais, é um exemplo de que o princípio da distinção envolve um processo de conhecimento e reconhecimento da cultura legítima por todos, destacando a idéia de que quem não pode possuir certos bens simbólicos conhece o seu significado sociocultural (CANCLINI, 1997, p. 56).

Essa relação é entendida por Bourdieu, ao analisar o estilo de vida das classes populares, por uma característica intrínseca de formas de adaptação relativa à

---

[25] É possível relatar outras formas em que se estabelecem íntimas relações entre objetos e lugares de consumo - como o consumo cultural, por exemplo - e a moradia, também em seus aspectos simbólicos próprios: "O que parece indicar da casa que, para o brasileiro, significa menos liberdade absoluta, que segurança, conforto, pão, terra, mesmo que devam ser considerados relativos, dada a relatividade de todos os bens ou de todos os valores apenas existencialmente humanos [...]. Além do que, ao sentido ecológico de casa como habitação se junta inevitavelmente o de espaço em seu redor: quintal, sítio ou chácara, jardim, água, pomar, horta. Mais do que isto: bairro, subúrbio, cidade, com todos os seus complementos públicos – igreja, loja, clube, teatro, museu, piscina, rio, parque, rua, praça, praia – do que, na casa, é caracteristicamente privado ou íntimo ou familial: cadeiras de balanço, cama, rede, mesa de jantar, rádio, televisão, santuário de família, quadro artístico à parede, móvel doméstico, banheiro, sanitário de família. Quem diz casa tipicamente brasileira diz móvel tipicamente brasileiro, além de cozinha tipicamente brasileira. Diz expressão de um estilo de vida que por importar em mulher e homem, donos de casa, em grande parte do seu tempo mais sentados do que em pé ou deitados, não significa serem homem e mulher esterilmente ociosos. O ócio caseiro no Brasil, sem vir significando aquela negação de ócio que é, literalmente, negócio, vem se exprimindo em formas nada insignificantes de criatividade." (FREYRE, 1979, p. 128).

posição ocupada na estrutura social, que é uma expressão do reconhecimento dos valores dominantes (BOURDIEU, 1983, p. 100). Essas formas adaptativas apresentam-se de maneiras diferentes, sendo no caso da habitação, expressa pelas "formas de imitações e de todas essas coisas capazes de 'fazer de', como se diz, fazer de coisas diferentes daquilo que elas são - *kitchenettes* que 'fazem de copa' e de 'canto para refeições' ou mesas de cozinha que podem também 'fazer de sala', [ou ainda as 'salas para dois ambientes que fazem copa/sala de televisão/sala-de-estar], tantas maneiras que tem o pequeno para 'fazer de grande'." (BOURDIEU, 1983, p. 109).

Mesmo em condições semelhantes de habitação quando relativas às dimensões de edificação e localização, e mesmo, como no caso da configuração comunitária da Vila Macedo, carecendo de forma mais ou menos equivalente de acesso a equipamentos urbanos (postos de saúde, transporte coletivo, esgoto, segurança policial, etc.), é possível verificar como as formas de acesso à moradia podem servir como elemento de distinção.

TABELA 16 - TOMADAS DE POSIÇÃO DOS GRUPOS DE MORADORES DA VILA MACEDO EM RELAÇÃO AO TEMA "HONESTIDADE" - 2003

MAIS IMPORTANTE	INVASÃO (%)	LOTEAMENTO (%)
Primeiro lugar	Ser trabalhadora 56,0	Ser trabalhadora 44,0
Segundo lugar	Ser sincera 26,0	Ser sincera 34,0
Terceiro lugar	Ser humilde 18,0	Ser humilde 22,0

FONTE: Pesquisa de campo do autor

NOTA: De acordo com a questão, os entrevistados deveriam ordenar, do primeiro ao terceiro lugar, o que consideravam mais importante para definir uma pessoa honesta

Há entre os moradores do loteamento uma auto-imagem de "gente honesta e trabalhadora", construída em oposição aos moradores da área de invasão, designados como "vagabundos", "criminosos" ou mesmo "classe mais baixa". A casa localizada no loteamento legalizado é símbolo de honestidade; do trabalho honesto traduzido na moradia legal, símbolo de prestígio; em contraposição aos "vagabundos e criminosos" da "favela", da casa ilegal, símbolo de estigma (GOFFMAN, 1975, p. 55). Destaca-se o fato de que, quando questionados sobre as características de uma pessoa honesta,

surge em primeiro lugar o fato de “ser trabalhadora”, instrumento de honestidade acima de outros atributos. Assim, quando a auto-imagem dos moradores do loteamento é expressa no sentido da “gente honesta e trabalhadora”, a análise dos dados demonstra que o fator honestidade vinculado ao trabalho depende da sua expressão em uma moradia regular.

Assim, a moradia própria como bem simbólico e expressão de capital simbólico, marca a posição dos agentes no espaço social. Mais uma vez, é por ser um bem socialmente raro que a casa própria assume tanto um caráter de desejo como de simbolização distintiva. Nesse sentido, há uma verdadeira luta pela apropriação do espaço, que segundo BOURDIEU (2003, p. 163), podem tomar forma de ganhos de localização, associadas ao fato de estar situada junto a agentes e bens raros - como os equipamentos urbanos -; os ganhos de posição ou de classe, conquistados pela localização em um endereço de prestígio e à posse de propriedade distintiva; e os ganhos de ocupação, garantidos pela própria posse de um espaço físico que assume atributos de distanciamento ou exclusão daqueles considerados indesejáveis.

Assim, no caso brasileiro e principalmente entre os estratos mais baixos da população, a casa própria representa ascensão social e marca com dignidade quem a possui (CALDEIRA, 1984, p. 108), mas sempre relacional à posição dos outros, no caso não-proprietários que vivem em áreas ilegais. “Assim como a casa própria tornou-se um bem indispensável à afirmação e ao êxito da família, esta organizou sua vida em torno da moradia como se ela fosse um troféu.” (BONDUKI, 1998, p. 312). É nesse sentido que, pela concentração de atributos positivos ou negativos no espaço social (BOURDIEU, 1997, p. 161), a casa possui caráter distintivo particularizado.

Nesta perspectiva, o acesso à moradia é uma entre outras práticas que fazem parte da “lógica específica das estratégias que os grupos, e particularmente as famílias, empregam para se produzir e se reproduzir, isto é, para criar e perpetuar sua unidade, sua existência enquanto grupos, o que é quase sempre, e em todas as sociedades, a

condição de perpetuação de sua posição no espaço social.” (BOURDIEU, 1990, p. 94). Assim, torna-se mais claro que “exigências sociais são experimentadas como deveres” (ELIAS, 2001, p. 75), que no caso é expresso pelo dever da honestidade do trabalho, uma marca “documentada” de uma posição social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar o problema de pesquisa proposto neste trabalho, que questiona como, entre os grupos de moradores da Vila Macedo, a configuração comunitária em que estão inseridos está vinculada à construção da sua auto-imagem, pode-se verificar que a partir do sistema de posições frente às instituições prisionais, a violência, a criminalidade, a situação de moradia e o que ela simboliza, a auto-imagem do grupo de moradores do loteamento se revelou através de um aparato social de estigmatização perante o grupo de moradores da invasão, que por sua vez demonstram a tentativa de desvincular-se do estigma a eles relacionado.

Ou seja, este aparato social de estigmatização, faz parte da construção da auto-imagem do grupo de moradores do loteamento para o estabelecimento de fronteiras simbólicas entre o "nós" e os "outros". É expresso através do sistema de posições e das tomadas de posição, pelas quais indicam os moradores da invasão como "criminosos", "vagabundos" e outros termos através dos quais demonstram acreditar que eles são os responsáveis pelo aumento, nos últimos anos, da violência e da criminalidade na Vila Macedo.

A ligação direta com uma situação ilegal contamina o espaço privado dos moradores da invasão, devido tanto à ilegalidade quanto à fragilidade que caracteriza uma situação não estável de moradia. Além disso, vivenciam cotidianamente a criminalidade real e atribuída que ocorre naquela área de invasão, mas não possuem poder para desvincularem-se do estigma atribuído justamente pela diferença na balança de poder da configuração comunitária. Nesse sentido encontra-se fenômeno que Elias denomina de "minoria dos piores" em uma relação estabelecidos-*outsiders*. Assim, "a atribuição de falhas a indivíduos que pessoalmente nada fizeram para merecê-las, pelo simples fato de pertencerem a um grupo julgado digno delas" (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 131) é um fenômeno típico de configurações sociais,

que na configuração comunitária da Vila Macedo se revela pela atribuição a todos os moradores da invasão atributos de uma minoria, ou seja, os “ladrões”, “vagabundos” e “traficantes” que os próprios moradores da invasão reconhecem morar ali.

O elemento que faz essa balança variar, marcando a posição dos moradores, provém da posse - ou da falta - de um capital simbólico que assume peso elevado na configuração comunitária da Vila Macedo: a casa própria e legalizada. É nesse sentido que esta é a variável central para a construção da auto-imagem social, pois é o principal elemento de distinção entre os grupos de moradores. Assim, os moradores proprietários do loteamento possuem capital simbólico legitimado, ou seja, que marca seus possuidores com maior poder na configuração social. A casa própria, sentido positivo e reificação do trabalho, transmuta-se em elemento de distinção. Tanto que os moradores locatários do loteamento participam desse poder distintivo por agrupamento, ou seja, de acordo com a “minoria dos melhores” membros da configuração, nos termos de Elias.

A casa, seja o barraco da periferia ou o apartamento-um-por-andar dos bairros nobres, para além de ser capital estritamente econômico, é bem simbólico e capital simbólico. Seu valor simbólico depende da posição dos que nela vivem no espaço social e consequentemente da posição no espaço geográfico em que está inserida; ou conforme diria Elias, este valor transforma-se conforme sua posição na hierarquia de uma configuração social.

Por isso, cabe o alerta de que “somente uma análise da estrutura de cada campo particular pode colocar-se a salvo dos erros em que incorreria a aplicação mecânica de um sistema de seleção e classificação estandardizado a campos dotados de estruturas muito diferentes” (BOURDIEU, 2001, p. 188). Só foi possível compreender a dinâmica da configuração comunitária da Vila Macedo tendo em vista a análise de processos a longo prazo, no caráter diacrônico do desenvolvimento dos grupos, levando em conta a interpenetração de seus objetivos e ações. Esses processos

foram analisados com base na formação da comunidade, desde a época em que não se estabelecia uma unidade residencial na região devido à presença das instituições, até o desenvolvimento da invasão.

Assim, elementos particulares a certas configurações comunitárias, como no caso da Vila Macedo em que se destacou o processo em longo prazo de sua formação, a presença das instituições prisionais e as situações de violência e criminalidade, são elementos interdependentes que não podem ser descartados da análise. Somente através destes elementos pode-se verificar que a casa, como bem simbólico, funciona como elemento de distinção, o que significa dizer que são partes constitutivas tanto da existência social como das identidades pessoais dos moradores.

Assim como outros bens materiais, a casa possui significados sócio-culturais que são fundamentais para o estabelecimento e manutenção das relações sociais, bem como da definição e redefinição das categorias sociais (DOUGLAS; ISHERWOOD, 1990, p. 74-75; 83). A perspectiva da distinção evidencia a demarcação e o processo dinâmico da conformação social dos indivíduos e as suas práticas sociais.

Na proporção em que funciona como capital simbólico e exerce peso distintivo na configuração comunitária da Vila Macedo, a posse da casa legalizada, ou seja, reconhecida como legítima, é elemento constitutivo da auto-imagem dos moradores do loteamento. “É comum as pessoas desconcertarem ou silenciarem aqueles de quem discordam ou a quem estão combatendo, jogando-lhes na cara algum termo grupal depreciativo e infamante ou algum boato vergonhoso que se refira a seu grupo, desde que tais pessoas pertençam a um grupo que tenha sucesso em afirmar seu status superior em comparação ao de seus adversários.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 131). Assim, “ter sucesso” em afirmar uma auto-imagem defendida como superior, na configuração comunitária da Vila Macedo, depende justamente da posse e do peso do capital simbólico legítimo que é a casa legalizada.

A análise de uma configuração comunitária baseia-se nas relações que

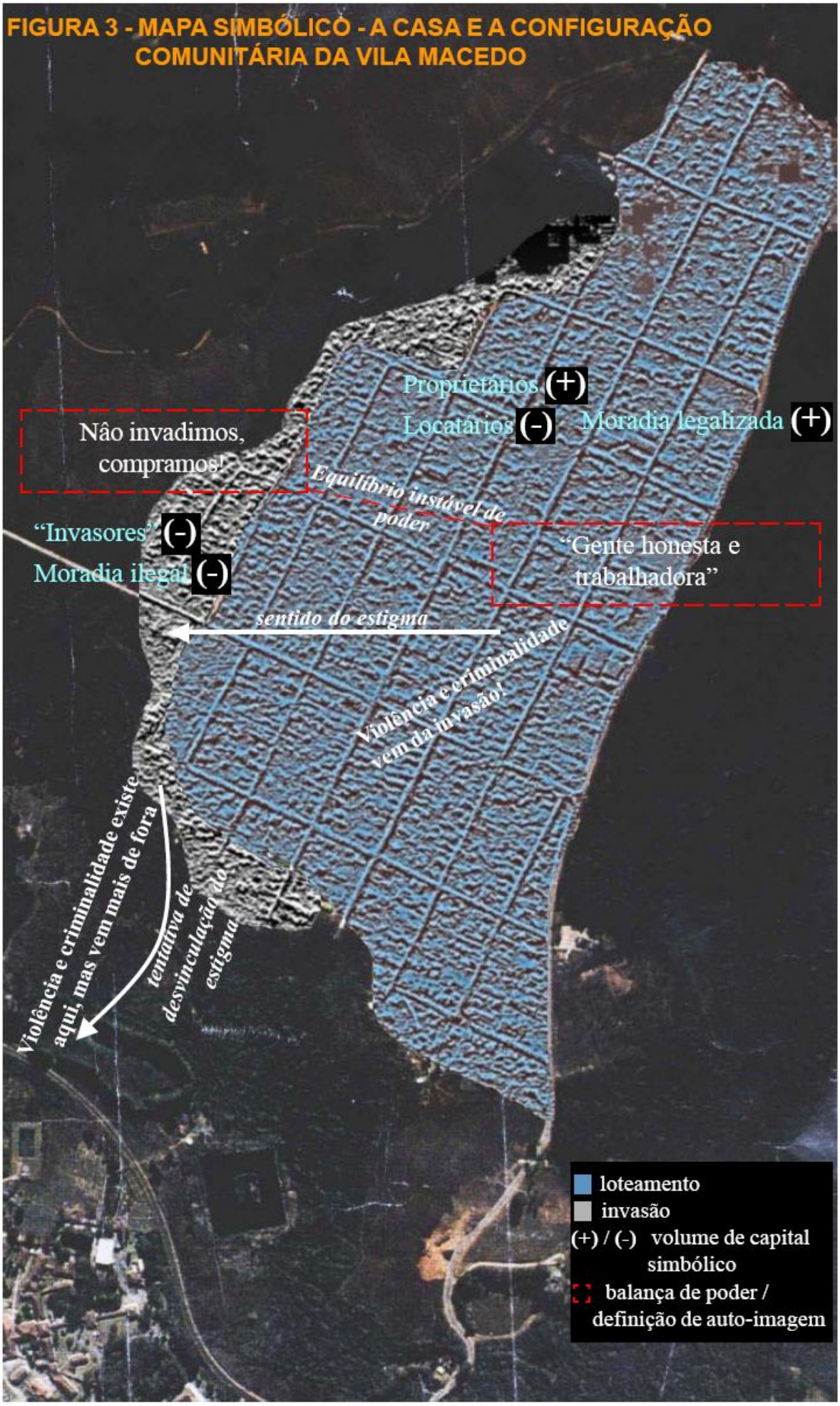
acontecem entre as pessoas que moram juntas em um mesmo lugar; as interdependências que se estabelecem são particularmente comunitárias (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 165). Assim, não se pode esquecer que a auto-imagem, que no caso dos moradores do loteamento assume a feição de “gente honesta e trabalhadora”, só se constitui como tal pela relação de interdependência - perspectiva fundamental da configuração - com o grupo de moradores da invasão. Ou seja, os grupos não assumiriam tais características independentemente.

O “mapa simbólico” na página seguinte, construído sobre foto aérea realizada em 1998 pela COMEC, procura sintetizar a relação entre os moradores da configuração comunitária da Vila Macedo, tendo como foco a casa como capital simbólico. Percebe-se que a balança de poder, sempre em equilíbrio instável, é determinada pelo valor simbólico positivo da moradia legalizada (+). Os moradores proprietários assumem então este capital simbólico (+), enquanto os moradores locatários, embora não tenham a posse desse capital (-), assumem os atributos positivos do grupo. O vetor do estigma que faz parte do aparato da construção da auto-imagem de “gente honesta e trabalhadora” está direcionado para invasão, ou seja, área em que a moradia é considerada ilegal (-) e cujos moradores não são considerados legalmente proprietários e sim “invasores” (-). Por mais que tentem desvincular-se do estigma a eles atribuído, não possuem poder suficiente, ou seja, não possuem capital simbólico suficiente para isso: a auto-imagem é defensiva, expressa como “não invadimos, compramos”. Verifica-se, portanto, a existência da interdependência entre os grupos pela impossibilidade de analisar as ações de um grupo tomadas isoladamente, como se fossem ações particulares desse grupo.

Torna-se, portanto, fator importante a revisão do determinismo econômico que, embora tenha cada vez menos ênfase nas análises sociológicas, ainda aparecem muito marcadas quando se particulariza a discussão na aquisição e posse da habitação. Foi possível mostrar que, embora o peso relativo do capital econômico -

principalmente no Brasil - aparentemente seja maior do que outras formas de capital, além dos fatores econômicos no consumo da casa, é preciso analisar este consumo em seus aspectos de lutas por apropriação do espaço e a construção e acúmulo de capital simbólico - geralmente entendido por prestígio, reputação, boa conduta e honestidade.

FIGURA 3 - MAPA SIMBÓLICO - A CASA E A CONFIGURAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA MACEDO



Ligado a essa relação, há também características simbólicas na aquisição da casa que transcendem a mera satisfação de necessidades básicas. Diz-se que a casa é um dos bens de consumo mais desejados dos brasileiros: “Ter casa – casa própria - é ideal de quase todo brasileiro: mesmo que seja o que às vezes por modéstia se define como um mucambinho, visita bem acolhida: ‘a casa é sua’.” (FREYRE, 1979, p. 26). Porém, afirmar que é um “desejo” não resolve a solução da aquisição da casa como um objetivo de vida: a tal objetivo, ou ideal, estão ligados elementos simbólicos relevantes para a definição da posição dos indivíduos na sociedade: a casa, considerada como um bem de consumo, é antes de tudo um bem simbólico que assume grande importância na sociedade brasileira.

Assim, é possível entender que o chamado desejo da casa própria não é apenas um desejo de satisfação de uma necessidade básica e social, mas justamente que esta necessidade é construída e estruturada no espaço social: se a casa assume caráter distintivo para os estratos médios e altos pela sua localização e edificação, para os estratos mais baixos na hierarquia social, além de perpassar por aqueles fatores, a casa própria torna-se símbolo essencial de conduta honesta, e marca o proprietário numa posição social mais elevada, relegando aos não-proprietários atributos sociais estigmatizantes.

Finalmente, mesmo que este trabalho tenha sido realizado com base em uma análise “microssociológica”, procurou-se não se desvincular do que é considerado “macrossociológico”. Não interessava saber qual grupo estava certo ou errado em suas ações e representações - não é esse o caminho cumulativo da ciência. Foi analisada uma situação de interdependência cuja cadeia de ligações vai além da capacidade tecnicamente possível neste empreendimento, mas que justamente por isso proporciona levantar questões objetivas e relevantes ao conhecimento das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social?. In: FORACHI, Marialice M.; MARTINS, José de Sousa. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo: FAU-USP, 1979.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas Socias, 39. São Paulo: Ática, 1983.

_____. O espaço dos pontos de vista. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a.

_____. **La distinción**: criterios y bases sociales del gusto. Santafé de Bogotá: Taurus, 2000b.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAMPBELL, Colin. The sociology of consumption. In: MILLER, Daniel. **Acknowledging consumption** - a review of new studies. London / New York: Routledge, 1995. p. 96-126.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CODESUL; Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. **Os migrantes na área metropolitana de Curitiba.** CODESUL: Curitiba, 1979.

COENEN-HUTHER, Jacques. A sociologia de Tönnies e o estudo das formas de sociabilidade. In: MIRANDA, Orlando de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: USP, 1992. p. 195-204.

COHEN, Harry. A idéia de *Gemeinschaft*: rumo a uma nova sociologia humanística. In: MIRANDA, Orlando de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: USP, 1992. p. 205-229.

COMEC, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba; DCOT, Departamento de Controle Territorial. **Sistema de controle de loteamento**. 2000.

COMEC, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Leitura do espaço urbano** - Piraquara. Cd rom. 2002.

_____. **Plano de desenvolvimento integrado** - PDI 2001. Cd rom. 2001.

_____. COMEC, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Metrópolis em revista**, nº 1. Curitiba: COMEC, 1999.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. São Paulo: Papirus, 1995.

DETENTOS se revoltam e colocam fogo na Colônia Penal Agrícola. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06/11/2000. Polícia, p. 1.

DURKHEIM, Émile. Uma resenha de Ferdinand Tönnies, *Gemeinschaft und Gesellschaft: Abhandlung Des Communismus un des Socialismus Als Empirischer Kulturformen*. In: MIRANDA, Orlando de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: USP, 1992. p. 113-118.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. v. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994c.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

_____. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a.

_____. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e USP, 1973.

FREYRE, Gilberto. **Oh de Casa!** - em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. Disponível em: <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br> . Acesso em 20 de set. de 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HEINICH, Nathalie. **A sociologia de Norbert Elias**. São Paulo: EDUSC, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**. Agregado dos setores censitários dos resultados do universo. Região Sul, vol. 4. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **SIDRA** - Sistema IBGE de Recuperação automática. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>. Acesso em 21 de maio de 2003.

KLEINLKE, Maria de Lourdes U. e DESCHAMPS, Marley. **Para onde seguem os migrantes paranaenses?**. Coluna IPARDES. Curitiba, 31 de outubro de 1999. Disponível em: <http: \www.ipardes.gov.br> Acesso em 27 de set. de 2000.

KOWARICK, Lúcio. O preço do progresso: crescimento econômcio, pauperização e espoliação urbana. In: KOWARICK, Lúcio et. al. **Cidade, povo e poder**. CEDEC/ Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1982.

_____. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: 34, 2000.

KRIEKEN, Robert. **Norbert Elias**: key sociologist. Sydney: Routledge, 1998. Disponível em: http://www.usyd.edu.au/~robertvk/elias/book/cover.html. Acesso em: 10 nov. 2002.

KULAITIS, Fernando. **Auto-imagem comunitária e processos de estigamatização**: a moradia e as prisões na Vila Macedo. Curitiba, 2002. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

LOPES, Adélia Maria. “Eu amo Piraquara”, a cidade maldita. **O Estado do Paraná**, 22/02/1988.

MACEDO, Carmem Cinira. **A reprodução da desigualdade**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARICATO, Ermínia (org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MICELI, Sérgio. **Introdução**: a força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MIRANDA, Orlando de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: USP, 1992b.

MIRANDA, Orlando de. A armadilha do objeto: o ponto de partida de Ferdinand Tönnies. In: MIRANDA, Orlando de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: USP, 1992a. p. 53-59.

MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clóvis. Retrospectiva demográfica e simulação de tendências - RMC 1950/2010. In: MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clóvis (orgs.) **Metrópole -** grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Octavio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967. p. 29-74.

PARK, Robert Erza; BURGESS, Ernest W.. Comunidade e sociedade como conceitos analíticos. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e USP, 1973. p. 144-152.

PERON, Desidério. Uma cidade marginalizada. **Diário do Paraná**, Curitiba, 31/01/1973. Caderno 2.

PLAMEC, Plano Metropolitano. Transformações recentes no espaço metropolitano de Curitiba. In: MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clóvis (orgs.) **Metrópole -** grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994.

RODRIGUES, Albertino. A sociologia de Durkheim. In: RODRIGUES, Albertino (Org.) **Durkheim**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 1. São Paulo: Ática, 1995. p. 7-40.

SCHMITZ, Kenneth L.. Comunidade: a unidade ilusória. In: MIRANDA, Orlando de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: USP, 1992.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade. In: MIRANDA, Orlando de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. Textos selecionados. São Paulo: USP, 1992a. p. 231-340.

_____. Uma resenha de De La Division Du Travail Social de Émile Durkheim. In: MIRANDA, Orlando de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: USP, 1992b. p. 118-120.

VALLADARES, Licia do Prado. Estudos recentes sobra a habitação no Brasil: resenha de literatura. In: VALLADARES, Licia do Prado (org.). **Repensando a habitação no Brasil**. Debates urbanos, v. 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VEJA. **Azar geográfico**. São Paulo, 27/08/1975, paginação irregular.

WEBER, Max. Conceptos sociológicos fundamentales. In: _____. **Economia y socidad**: esbozo de sociología comprensiva. Vol. I. Mexico, Bogota: Fondo de Cultura Económica, 1977.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Octavio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967. p. 97-122.

_____. Delineamento e problemas da comunidade. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e USP, 1973. p. 83-95.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo